

# *Biblio3W*

REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA  
Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona  
ISSN: 1138-9796  
Depósito Legal: B. 21.742-98  
Vol. XXI, núm. 1.151  
25 de febrero de 2016



## **Imaginário urbano e *situação territorial vulnerável* na Capital do Brasil**

Everaldo Batista da Costa  
Universidade de Brasília (DG/UnB)  
[everaldocosta@unb.br](mailto:everaldocosta@unb.br)

Marília Luiza Peluso  
Universidade de Brasília (DG/UnB)  
[peluso@unb.br](mailto:peluso@unb.br)

### **Imaginário urbano e *situação territorial vulnerável* na Capital do Brasil (Resumo)**

Brasília - Capital Federal do Brasil - fez-se símbolo da modernização nacional alavancada nas décadas de 1950-1960; exprimiu uma *catarse civilizadora* através de sua morfologia urbanística arrojada e da demanda impositiva de integração territorial do país. Os veículos para concretização desse ideário (de *progresso*) foram a tecnoburocracia civil e militar, a classe política e as classes associadas. Porém, o imaginário fundador expresso pela nova cidade logo se viu defrontado por uma massa populacional não desejada em busca, também ela, das benesses do *moderno* e do *civilizador*. Gestou-se uma metrópole contraditória e fracionada na qual, a par de áreas afluentes e de alta renda, eclodiram territórios dos mais vulneráveis do país, no tocante à vida material-econômica. Este artigo investiga *situações territoriais vulneráveis* metropolitanas frente à valoração permanente do Plano Piloto de Brasília. Metodologicamente, são cruzados dados oficiais relativos à vulnerabilidade socioeconômica no Distrito Federal com o imaginário urbano apreendido dos testemunhos daqueles que experimentam, concretamente, o intenso cotidiano da metrópole: os residentes de três das mais vulneráveis Regiões Administrativas ou cidades satélites do DF (Varjão, Estrutural e Samambaia).

**Palavras-chave:** imaginário urbano; situação territorial vulnerável; Brasília-DF.

Recibido: 10 de mayo de 2015  
Devuelto para revisión: 18 de junio de 2015  
Aceptado: 4 de diciembre de 2015

**Urban imaginary and vulnerable territorial situation in the Capital of Brazil (Abstract)**

Brasília – the Federal Capital of Brazil – was made a symbol of the national modernization pushed up in the 50's and 60's; expressed a *civilizing catharsis* through its dashing urban morphology and the compulsory demand of territorial integration for the country. The means for achieving this progress ideal were military and civil techno-bureaucracy, politicians and associated classes. However, the founding imaginary expressed by the new city was confronted by an undesired mass of people searching for the same benefits from the *modern and the civilizing*. It was created a contradictory and fragmented metropolis where in the midst of affluent areas erupted territories of the most vulnerable economical situation. This article investigates metropolitan *vulnerable territorial situations vis a vis* the permanent appreciation of *Plano Piloto de Brasília*. Methodologically the official data related to socio-economical vulnerability in Distrito Federal is crossed with the urban imaginary expressed by the testimonies from the ones who actually experience the intense day-by-day in the metropolis: the residents of the three most vulnerable *Regiões Administrativas* or satellite cities in DF (Varjão, Estrutural e Samambaia).

**Key words:** urban imaginary; vulnerable territorial situation; Brasília – DF.

A geografia urbana reafirma seu papel, no século XXI, com o debate dos novos processos que reproduzem as cidades, econômica, política e simbolicamente. Importante argumento é o de que a existência material da sociedade realiza-se por práticas espaciais concretas, simultaneamente potencializadas *por* e potencializadoras *de* imagens e imaginários urbanos. Logo, parte-se do pressuposto de que os objetos, as formas e as funções citadinas, por um lado, e a situação territorial urbana (precarização ou valorização relacionais da vida espacial), por outro, são elementos dimensionados e dimensionadores do imaginário popular sobre as cidades (ou seus setores); imaginário que deveria ser tratado como valor ou indicador social efetivo no planejamento urbano. Esse argumento relaciona-se com a tese defendida por Horácio Capel de que os cidadãos podem e devem, pela mobilização consciente, realizar profundas mudanças urbanas, e que o marco legal democrático permite elaborar e aprovar leis verdadeiramente inovadoras e inclusive revolucionárias<sup>1</sup>.

Tratar de *imaginário urbano* e *situação territorial vulnerável* em Brasília significa buscar novo caminho metodológico-interpretativo do território metropolitano, a ultrapassar difundidos estudos do ordenamento espacial da Capital do Brasil – pautados em instrumentos urbanísticos e na crítica à urbanização. Objetiva-se investigar os sentidos de territórios vulneráveis metropolitanos frente à valoração permanente do Plano Piloto de Brasília. Indica-se uma metodologia de leitura metropolitana (para além da crítica discursiva sobre os limites da reestruturação parcial e seletiva do capital) via desvendamento de imaginários urbanos, ou seja, a partir do olhar do sujeito que vive e experimenta seu intenso cotidiano concreto: o residente. Tal direcionamento pode ser assumido pelo pesquisador de formação humanística, que não se atém à morfologia urbana, ao discurso público ou acadêmico, bem como por gestores de visão social-holística do território, preocupados com as estratégias econômicas e seu reatamento sobre os problemas socioambientais e a saúde pública geral.

As indagações aos sujeitos viventes nas cidades dão respostas para *situações*, sentidos e representações contemporâneas: do *urbano*, de *urbanidades*, de *identidades* e de *imagens* realçadas pelos sujeitos ouvidos. Ainda, esses argumentos fortalecem-se por meio de

---

<sup>1</sup> Capel, 2011, p. 01.

iconografias, mapas sociais e referencial teórico entrelaçado sobre imaginário e ordenamento do território urbano. Essas informações podem dar corpo à crítica do sistema político e ao mesmo tempo possibilitam retornar aos próprios cidadãos informações, para a não desqualificação da democracia formal, mas para expor suas ideias de forma coerente e convincente<sup>2</sup>.

No caso de Brasília, esse *imaginário urbano* será apreendido através de relatos populares colhidos em distintas Regiões Administrativas (RAs) ou cidades satélites. Incorre-se ao entrecruzamento de dois parâmetros conjuntos de classificação social no espaço da metrópole: *nível de renda e territórios de vulnerabilidade socioeconômica*. No Distrito Federal, o Plano Piloto planejado, apesar de não ser a RA de maior renda, é o *core* do território metropolitano e de um imaginário urbano que o identifica como o “Outro” refletido na fala dos entrevistados de outras três RAs de mais baixa renda: Estrutural, Samambaia e Varjão. Busca-se estabelecer uma dialética dos sentidos do território entre o centro urbano original [símbolo da busca pela modernização e progresso nacionais] e as áreas vulneráveis decorrentes de um longo processo interno de ocupação.

O Distrito Federal brasileiro constitui-se de trinta e uma Regiões Administrativas (RAs), instituídas pelo Governo do Distrito Federal (GDF), e o recorte estabelecido possibilita compreender tendências gerais de um imaginário reflexo da *situação territorial vulnerável* urbana, que é denunciada tanto pelo conteúdo das vivências populares, quanto por dados oficiais.

O primeiro parâmetro adotado para a seleção das RAs de análise advém do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos<sup>3</sup>, que na publicação *Pesquisa socioeconômica em territórios de vulnerabilidade social no Distrito Federal* apontou os 62 (sessenta e dois) *territórios mais vulneráveis* socioeconomicamente no Distrito Federal.<sup>4</sup> A partir daí, foram selecionados três territórios vulneráveis, dentre os dez de maior índice que são: Ceilândia - Chácara (74,2%); Itapoã - Fazendinha (72,1%); Ceilândia - QNM (65,7%); Varjão (64,7%); Planaltina - Buritis (63,9%); Estrutural (60,1%); Samambaia - Norte ímpar (59,6%); Itapoã I e II (59,4%); Itapoã - Condomínios (58,7%); Brasília - Vila Telebrasília (58,5%)<sup>5</sup>.

O segundo parâmetro aqui utilizado, *nível de renda*, foi construído a partir de três grupos para as RAs do DF<sup>6</sup>. Grupo de mais alta renda (G-1): Brasília (*Plano Piloto*), Lago Sul, Lago Norte. Grupo de renda intermediária (G-2): Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo. Grupo de renda mais baixa (G-3): Samambaia, Brazlândia, Ceilândia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas. Foram consideradas as dezenove RAs estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o Governo do Distrito Federal (GDF) opera com trinta e uma RAs<sup>7</sup>.

---

<sup>2</sup> Capel, 2010, p. 3.

<sup>3</sup> Dieese, 2012.

<sup>4</sup> Esta é a última avaliação de *vulnerabilidade* oficial publicada pelo Governo do Distrito Federal.

<sup>5</sup> A seleção de Varjão, Estrutural e Samambaia diz respeito tanto às possibilidades materiais de estudo empírico, quanto à estratégia vinculada ao projeto maior ao qual este trabalho está vinculado: *Territórios da memória operária na formação urbana e consolidação metropolitana da Capital do Brasil*.

<sup>6</sup> Paviani, 2010.

<sup>7</sup> A última RA estabelecida pelo GDF data de 2012, denominada de Fercal, a nordeste da metrópole.

A pesquisa centra-se em territórios de maiores carências sociais no tocante, sobretudo, à renda *per capita*, tamanho, tipo, chefia e composição da família (a incluir infraestrutura, educação, moradia e emprego - condicionantes da classificação do Dieese, e exclui os territórios de melhores índices socioeconômicos)<sup>8</sup>. A figura 1 - desenvolvida nesta pesquisa a partir da análise de dados do Dieese, bem como de análises de campo - destaca todas as RAs e enfatiza os 10 (dez) territórios de maior vulnerabilidade social do Distrito Federal, bem como o recorte deste estudo: Varjão (RA XXIII), Estrutural (RA XXV) e Samambaia (RA XII) – baixa renda, em oposição ao Plano Piloto (RA I) - alta renda e *core* urbano.

Para melhor aproximar da concretude que perfaz a metrópole Brasília, na temática indicada, será necessário discorrer, teoricamente, sobre o que a pesquisa assume como i) *imaginário urbano* e ii) *situação territorial vulnerável*. Além disso, serão apresentados alguns ideais advindos da construção da Nova Capital (no âmbito popular e governamental), nas décadas de 1950-1960, os quais se fizeram a base para a constituição do atual imaginário social na Capital. Este movimento ideário denota a potência da trama política que foi produtora de um espaço-tempo metropolitano regido por representações e contradições.

### **Nuanças teóricas do imaginário urbano advindo de uma *situação territorial vulnerável***

Este trabalho entrecruza *espaço objetivo* (do planejamento) e *espaço subjetivo* (da percepção coletiva e individual - tomada pelo discurso), o que não remete à simples ideia, mas a imagens do real tomadas de valorizações, de desejos e de necessidades urbanas. “O espaço subjetivo, reflexo deformado do espaço objetivo, reage sobre este. Devemos guardar disto tudo algo mais que a terminologia, ou seja, a necessidade de nunca perder de vista o elemento psicológico”<sup>9</sup>. O pressuposto com o qual se deve trabalhar é o de que o espaço produzido das cidades é o substrato da formação de uma consciência urbana ou de “novas urbanidades”<sup>10</sup>.

Os estudos das cidades, sobretudo após a década de 1970, dividiram as mesmas em vários elementos, de maneira a se reproduzirem análises pontuais sobre temas particulares: densidade demográfica, áreas industriais, áreas comerciais, preço da terra, setores do terciário (avançado ou não), áreas de intervenção turística, pontos de investimento imobiliário etc. A análise por meio de elementos estanques indica frágil visão de totalidade ou de conjunto, o que é insuficiente para a estruturação de uma base teórica e prática da dinâmica urbana<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Por se tratar do tema de vulnerabilidade social, algumas Regiões Administrativas foram automaticamente excluídas do universo, quando reconhecidamente se tratavam de regiões com valores elevados de renda familiar. Especificamente, essa exclusão trata do Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal, Park Way, Jardim Botânico e Águas Claras (Dieese, 2012, p. 05). O Plano Piloto é reconhecido por todos os entrevistados como o centro, o *core* do Distrito Federal, o que não ocorre com as outras áreas de renda familiar elevada.

<sup>9</sup> Sorre, 1983, p. 153.

<sup>10</sup> Mongin, 2009, discute a condição urbana ante “novas urbanidades” dadas por relações efêmeras nas cidades.

<sup>11</sup> Villaça, 1998; 2002. Costa, 2011.

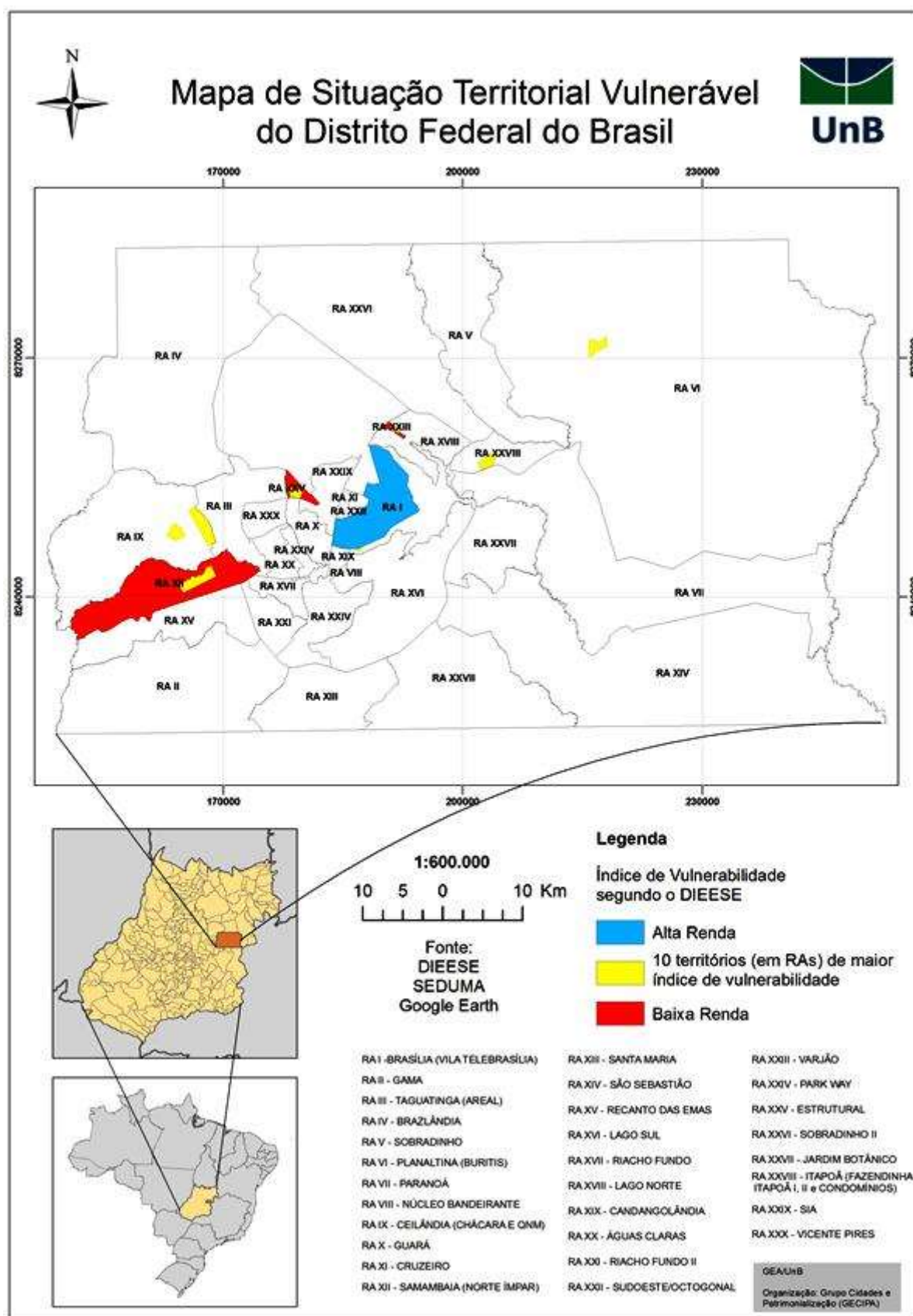


Figura 1. Situação territorial vulnerável do Distrito Federal do Brasil.

Tratar do *imaginário urbano* (o caso em tela é o Distrito Federal brasileiro) - enquanto elemento constituído e constituinte da dinâmica e dos modos de vida nas cidades - é uma tentativa de capturar o movimento socioterritorial a partir do olhar daqueles que nelas vivem, experimentam e recriam seu mais intenso e dramático cotidiano: o residente. Ou seja, a interpretação de imaginários urbanos é potencial metodologia de leitura e prática cidadina, para além da crítica radical sobre os limites da reestruturação espacial seletiva do capital. Pensar a dinâmica concreta cidadina pelo imaginário urbano revela uma abordagem humanista crítica não restrita à morfologia urbana; é uma contribuição significativa ao pensamento e à prática urbana, quando *a vida material da sociedade reproduz-se junto à vida ideal*<sup>12</sup>.

Se, por um lado, o planejamento e, por assim dizer, os planos diretores e o zoneamento devem primar pela construção de indicadores complexos e sua representação em mapas sobre: índice de pobreza, índice de desenvolvimento, índice de exclusão social, distribuição de renda, vulnerabilidade social, serviços públicos, qualidade da água, qualidade ambiental, conforto térmico e outros possíveis, por outro lado, o *indicador sintético* dessa análise é a *qualidade de vida urbana* a ser apreendida sob a égide de análises empíricas participativas e interpretativas<sup>13</sup>. Nesse mote, tem lugar a leitura do imaginário urbano revelador de uma *situação territorial* específica, que é resultante (concreta e em mutação permanente) das ações que levam à precarização ou à valorização relacional da vida espacial cidadina.

A representação imaginativa que os sujeitos fazem de sua cidade corresponde à experiência vivida e percebida nesta mesma cidade, somada a gama de outras experiências e interpretações agregadas das relações emotiva e material com o mundo.

“A imaginação tornou-se o caminho possível que nos permite não apenas atingir o real, como também vislumbrar as coisas que possam vir a tornar-se realidade (...) Nós produzimos imagens porque as informações envolvidas em nosso pensamento são sempre de natureza perceptiva (...) As ideias são representações mentais de coisas concretas ou abstratas”<sup>14</sup>.

A busca é pela essência de imaginações vinculadas a paisagens enquanto elementos visíveis e invisíveis de um mundo feito por embates políticos produtos e produtores de territórios e territorialidades urbanas. Estes embates trazem em seu bojo diferentes interesses e elementos da resignificação das cidades, são resultantes e favorecedores do imaginário dos sujeitos, em cada recorte de espaço-tempo. A teoria social crítica do urbano deve buscar uma *práxis manipulativa integradora* nas e das cidades; as possibilidades confundem-se com as utopias discursivas, como fato e como fenômeno. As representações urbanas (a cartografia, os mapas mentais, a iconografia, a oralidade, como elementos metodológicos) constituem instrumental analítico impeditivo ao tratamento da renda da terra como “técnica de leitura da cidade” e a abordagem do espaço geográfico como palco geométrico de ações. Pode-se buscar um mapeamento distinto do cotidiano, do simbólico, do imaginário e da existência; um mapeamento perceptivo e interpretativo dos interstícios territoriais que não negue as formas ou as funcionalidades urbanas, pois são elementos conectados da vida de relações espaciais.

*A cidade é também uma ideia, um conceito, uma percepção e uma imagem*; há de se levar em conta o subjetivo das representações, os símbolos, a cidade *vivida, concebida, percebida* e

<sup>12</sup> Marcuse, 1968.

<sup>13</sup> Martinelli, 2006, e Costa, 2011, são referenciais para uma cartografia social aplicada ao estudo urbano.

<sup>14</sup> Laplantine, 2003, p. 07-12.

*desejada*<sup>15</sup>. Esses elementos não podem escapar de uma *crítica e transformadora* leitura espacial, o que se pretende para o enfoque do imaginário urbano de uma Brasília interpretada a partir de diferentes ângulos, por distintas Regiões Administrativas. Por isso, a esquerda, os sindicatos, os movimentos de bairros e os grupos populares em geral devem assumir o protagonismo da pressão para obter as reformas urbanas necessárias<sup>16</sup>.

A representação imaginária urbana é carregada da relação de identidade ou repulsa ao território; constitui o espaço vivido e o espaço percebido pelo morador, dialoga com os limites e as possibilidades da cidade em produção. A cidade se faz no observador e este se configura também pela imagem e possibilidades capturadas da cidade em reprodução permanente. O processo do imaginário se faz na relação entre o sujeito e o objeto que percorre desde o real; aparece ao sujeito figurado em imagens, até a representação possível do real<sup>17</sup>.

Difícil tratar o percurso da formação de uma cidade (ou da metrópole Brasília) no pleno da racionalidade, pois é também representação possível de um real imaginado. Sua forma e conteúdo não são dependentes de um único estilo ou momento arquitetônico, ou de um tempo *a priori* linear; forma-se em sobreposições de camadas espaço-temporais e por uma gama de significantes, de signos, de símbolos e imagens do passado projetadas no presente e para o futuro, de forma sistêmica repleta de contradições. Esses elementos configuram, de maneira complexa, o imaginário urbano em um dado instante da realidade territorial em trânsito.

A morfologia urbana não protagoniza sozinha a presente análise. São os *sentidos* assimilados e projetados pelos sujeitos que apontarão os elementos favoráveis ao desvendamento do conteúdo e mesmo das formas citadinas, ou seja, serão projetados alguns *flashes* de uma percepção que é avivada na comunicação entre a cidade que se apresenta e os sujeitos que a sentem e a produzem. Esses *sentidos* ligados ao imaginário urbano popular e somados a dados oficiais possibilitam uma concreta representação da cidade (elementos do imaginário social que denotam Brasília para além dos limites do patrimonializado Plano Piloto). Enquanto *cosa mentale*, a forma da cidade é inseparável da estratificação do tempo, de uma memória que se dá ao longo de monumentos e de nomes em um percurso que se conjuga no presente<sup>18</sup>. Percurso a ser desvendado através de *vozes* e do silêncio daqueles que vivem e sobrevivem, distintamente, na cidade.

Jean-Paul Sartre, em *O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*, também subsidia o entendimento da constituição do imaginário humano – e, por assim dizer, o imaginário urbano, um de seus componentes. Se os estados afetivos estão, frequentemente, ligados às representações, a percepção da cidade, tal qual a sua imagem, pode se definir como a relação entre a cidade-objeto e uma consciência, onde a cidade torna-se síntese das percepções e também das ações, incidindo sobre a forma corporal sensível. “A imagem é um objeto exterior; o campo hipnagógico faz parte – ou pelo menos é o que a pessoa acredita – da extensão real”<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> Capel, 2010.

<sup>16</sup> Capel, 2011.

<sup>17</sup> Laplantine, 2003.

<sup>18</sup> Mongin, 2009,

<sup>19</sup> Sartre, 1996, p. 119.

A imagem criada do e no urbano é a consciência que visa a produzir uma cidade como fato; incorpora ou é constituída por um certo modo de julgar e de sentir<sup>20</sup>. Essa proposição possibilita trabalhar com a assertiva de que a percepção do morador de Brasília em relação à sua cidade está estreitamente vinculada ao processo de produção do urbano em curso: os elementos do urbano e da urbanidade percebidos por esse habitante é que serão revelados. Logo, o imaginário urbano sobre Brasília será apreendido da função psicológica e, também, empírica – percebida –, uma vez que as dimensões do psicológico são condições necessárias da liberdade do homem empírico no meio do mundo e “não poderia haver (...) uma intuição do nada, precisamente porque o nada não é coisa nenhuma e porque toda consciência (...) é consciência de alguma coisa (...). Assim, o imaginário representa a cada instante o sentido implícito do real”<sup>21</sup>.

A avaliação correlativa entre o psicológico e o empírico reproduz um viés analítico materialista casado à dimensão humanista, quando:

(...) desde o seu sentido mais genérico, o termo *alienação designa muito da experiência urbana, moderna e contemporânea*. Pode ser e tem sido usado para indicar as crises e os conflitos de sujeitos sociais cindidos, fragmentados, sem raízes, à deriva, muitas vezes anômicos (*sic*) e expostos à violência de uma vida cotidiana burocrática e impessoal, que parece ir muito além de qualquer entendimento ou controle humanos. *Alheios a si mesmos e distanciados do mundo urbano que não reconhecem como seu, mas como algo separado*, estranho e hostil, esses sujeitos sociais certamente viveram, e continuam vivendo, formas diversas do que podemos muito bem chamar *mal-estar na metrópole moderna e contemporânea criada pelo capitalismo* fazendo, assim, desde logo, alusão importante ao pensamento crítico que deriva de Marx e de Freud<sup>22</sup>.

O espaço urbano é produzido material e idealmente, com um caráter de *situação territorial* singular, pois é vivido, percebido e representado de maneira simultânea por atores e agentes, de forma sintagmática ou interdependentemente, em relações de poder. Imagens projetadas da realidade trazem elementos do real e elementos que fantasiam esse mesmo real e, por assim entender, o imaginário urbano é composto de elementos concretos e pseudoconcretos desse mesmo urbano, mas é o que se percebe e se vivencia nas cidades. O imaginário é um processo cognitivo que contém a afetividade e traduz uma maneira específica de perceber o mundo, de alterar a ordem da realidade; se o imaginário recria e reordena a realidade, encontra-se no campo da interpretação e da representação, ou seja, do real<sup>23</sup>.

Quanto à singularidade da *situação territorial* anunciada, a mesma reside na noção de vulnerabilidade, por isso *situação territorial vulnerável*. A noção de vulnerabilidade incorporada neste trabalho dialoga com as ideias dos espanhóis Francisco Calvo García-Tornel, Ricardo Méndez e Jose Prada-Trigo, dos brasileiros Wagner Ribeiro e Silvia Zanirato e da francesa Yvette Veyret. É ideia comum entre os autores que *vulnerabilidade*, originalmente, refere-se à exposição a um risco possível, a revelar a fragilidade de um sistema. Ao envolver aspectos econômicos, vai se referir a custos potenciais diretos de catástrofes (danos a imóveis e infraestrutura). No âmbito sócio-organizacional, trata-se de fragilizados física e psicologicamente, a envolver a dimensão patrimonial e mesmo simbólica da vida. “A vulnerabilidade é social, antes de tudo. Ela é definida pela posição do grupo na

---

<sup>20</sup> Sartre, 1996.

<sup>21</sup> Sartre, 1996, p. 243-244.

<sup>22</sup> Bueno, 2000, p. 89.

<sup>23</sup> Laplantine, 2003.



sociedade e de cada indivíduo no interior do grupo. A associação com a renda é direta. Invariavelmente, são as camadas mais pobres da população a sofrerem mais com as situações de risco (e vulnerabilidade)”<sup>24</sup>.

Os autores reconhecem a amplitude do conceito de vulnerabilidade e o tratam, especialmente, na dimensão dos riscos socioambientais. Francisco Calvo García-Tornel assegura a importância da reflexão sobre a validade dos indicadores socioeconômicos utilizados pela Geografia, na busca de novas ferramentas descritivas mais afinadas, para o tratamento da vulnerabilidade. Seguem o mesmo raciocínio, Ricardo Méndez e José Prada-Trigo:

Debe recordarse, ante todo, que vulnerabilidad es un concepto utilizado con significados diversos, por lo que no existe una definición única y generalizable. Su desarrollo ha sido mayor en el ámbito de los estudios ambientales y el análisis de desastres, que desde explicaciones que primaban de forma casi exclusiva los factores físico-naturales han evolucionado para incluir también los de carácter socioeconómico (...). En tal sentido, puede considerarse vulnerable a aquella persona, grupo social o territorio con alta probabilidad de verse afectado por algún tipo de daño en función de dos tipos de razones, a menudo complementarias (...) Factores externos e internos suman así sus efectos, pues es la tensión dialéctica entre ambos tipos de factores la que produce y reproduce un desarrollo geográfico desigual, aunque la importancia de unos y otros sea variable según los casos<sup>25</sup>.

Assim, se a vulnerabilidade tem uma dimensão objetiva e mensurável do ponto de vista socioeconômico e ambiental, a proposta aqui apresentada busca avançar na discussão, ao avaliar a *situação territorial vulnerável* também pelo viés subjetivo ou da percepção da própria vulnerabilidade, a partir da população. Serão correlacionados os dados concretos oficiais sobre a vulnerabilidade instituída e as informações subjetivas do imaginário urbano popular.

A propósito da argumentação sobre *uma nova experiência urbana metropolitana alienada e alienante*<sup>26</sup>, é oportuno interpretar Brasília como metrópole moderna<sup>27</sup>, cujas circunstâncias de sua edificação sugerem tal alienação como falsa e retórica. Em suma, segue uma análise das bases constitutivas do imaginário desenvolvido sobre a metrópole enquanto espaço que é vivido, que é percebido e que é representado<sup>28</sup>, com foco na geografia histórica de seu surgimento como nova Capital Nacional.

## **Brasília, Capital Nacional: bases da constituição de um imaginário urbano**

O Plano Piloto para Brasília (a nova Capital), em 1960, foi o ponto unificador do espaço que viria a se constituir metrópole, ou seja, fez-se espacialidade dotada de forças centrípetas e centrífugas capazes de conduzir o ordenamento territorial do que se tornaria o Distrito Federal, implantado por um governo forte e onipresente, imbuído da ideia do *novo*, do *civilizador* e do *modernizador*. O governo federal buscava nova espacialidade para se fazer onipotente, de onde decorreu a implantação do Plano Piloto no Planalto Central, via constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), perante a Lei nº 2.874, sancionada por Juscelino Kubitschek, em 19 de setembro de 1956, a qual

---

<sup>24</sup> Ribeiro, 2010, p. 05.

<sup>25</sup> Méndez; Prada-Trigo, 2014, p. 11.

<sup>26</sup> Bueno, 2000.

<sup>27</sup> *Metrópole moderna* que vive os dramas do urbano em um país que se desenvolveu sob as bases de uma “modernização conservadora” e de uma “industrialização a baixos salários”, sob a exploração máxima de uma massa de migrantes com poucas perspectivas de uma vida digna no território de destino.

<sup>28</sup> Lefebvre, 2001. Capel, 2010.

determinava a mudança da Capital do Rio de Janeiro. A tarefa principal da Companhia recém-criada era construir e administrar a cidade imaginada.

A atuação (prevista-concretizada) que tornou o governo também onipresente, no âmbito da espacialidade recém-motivada em catalisação, justifica-se pelo artigo 3º da lei citada, que fixou os objetivos da Novacap nos parágrafos 1º e 2º:

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil terá por objeto: 1. Planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, diretamente ou através da administração federal, estadual ou municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratar; 2. Aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito Federal ou em qualquer parte do território nacional pertinentes aos fins previstos nesta lei<sup>29</sup>.

As ações de ordenamento territorial em Brasília, naquele momento, condiziam com o “planejamento modernista”<sup>30</sup>, no qual o Estado era o grande desapropriador, detinha o monopólio do solo utilizável, dominava o investimento em habitação e infraestruturas. Esta função era garantida pela Novacap, com a qual foi possível gerir o território com o poder sobre a terra usada, ou ainda com uso potencial e futuro, e para tornar possível a “uniformização”, a “disciplina” e o “controle” de sua ocupação, em nome de uma “ordem espacial” e uma “integralidade”.

As diretrizes da Novacap fizeram possível o ordenamento territorial de Brasília, de acordo com o “urbanismo científico” proposto pelos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), que idealizaram uma “era da máquina” com cidades cartesianas e geométricas, iluministas, a modificar a sociedade por meio da reforma urbana. Esse urbanismo pretendia controlar o caos das metrópoles e tornou-se um instrumento do Estado para amenizar uma urbanização sem padrões mínimos de saúde e bem-estar das habitações<sup>31</sup>; tratava-se de um urbanismo nascido do confronto entre o mito progressista das máquinas e a miséria operária<sup>32</sup>, o que de fato se fez em Brasília. Em sintonia com o urbanismo modernista, a desapropriação das terras e seu controle pelo GDF permitiu restringir a ocupação do território e implantar um planejamento racional de direcionamento da urbanização<sup>33</sup>.

No entanto, a construção de uma cidade a ser categorizada como modernista no cerrado brasileiro exigia a atribuição de uma *formação discursiva autônoma à organização do espaço edificado*<sup>34</sup>. A esperança de que Brasília cresceria de maneira racional pressupõe a utopia de uma sociedade-modelo que tem como suporte um espaço-modelo situado fora do sistema em vigor.

Brasília nasce como uma utopia ancorada em um imaginário bastante claro aos seus idealizadores, advindo do significado atribuído à *modernidade*, à *sociedade* e ao *urbano* brasileiros, em meados do século XX. A Capital, mais que uma cidade, seria o símbolo de uma nacionalidade que caminhava em direção ao futuro grandioso. Como escreveu o então presidente, “o núcleo populacional criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma

---

<sup>29</sup> Peluso, 1983, p. 100.

<sup>30</sup> Portas, 1996.

<sup>31</sup> Cidade, 1996.

<sup>32</sup> Rangon, 1986.

<sup>33</sup> Peluso; Cidade, 2014.

<sup>34</sup> Choay, 1985.

mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país. O brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo, o instrumento, o fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante ao Brasil”<sup>35</sup>.

Sobre o ideário de uma nova capital no interior do país, onde uma trama concreta dos poderes políticos e econômicos favoreceria, em nome do desenvolvimentismo, o controle e à articulação do território nacional, assegura-se que,

(...) a construção de Brasília simboliza o esforço pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional, pela angariação de capital externo e a formação de um mercado interno, pela substituição de importações, somada a difusão do modo de vida tipicamente urbano na hinterlândia. Brasília nova Capital derrubaria três percalços ao Plano de Metas de JK: a inexistência de uma localização privilegiada do poder para o rearranjo das economias regionais, em prol da unificação do mercado nacional; o enrijecimento econômico do litoral palco da colonização; o potencial burguês latifundiário e urbano lotados nas antigas ilhas territoriais produtivas de café e cana-de-açúcar<sup>36</sup>.

Coerentemente com o que se pretendia para a Capital, de um ponto de vista interescalar que consegue dialogar com esse imaginário que é revelador de uma nova cidade para um novo país, Lúcio Costa assinala em seu Memorial Descritivo do Plano Piloto de Brasília que “ela deve ser concebida não apenas como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital”<sup>37</sup>.

O espaço-modelo da Capital da República foi pensado como local de habitação, trabalho, circulação e lazer dos vários segmentos hierárquicos da tecno-burocracia e classes associadas prestadoras de serviço, formando-se, assim, imagens e imaginários utópicos de uma sociedade-modelo. Frente às diferenças e aos desejos dos moradores, dentro de limites muito estreitos, próprio do urbanismo modernista, Lúcio Costa projetou uma cidade singela, apesar de complexa em sua concepção (figura 2). O plano indicava, no núcleo urbano, os locais de trabalho, habitação, comércio, lazer e circulação. Essas atividades e seus espaços estariam distribuídos nas três escalas em que “*civitas*” e “*urbs*” se harmonizariam: a Escala Monumental, o corpo central da trama urbana idealizada; a Escala Residencial (ou Cotidiana), com as residências e comércio de primeira necessidade ao longo das Asas Norte e Sul; a Escala Gregária, na junção das escalas Monumental e Residencial, concentrando o comércio maior, os serviços e a diversão da cidade<sup>38</sup>.

A articulação entre *civitas*, a cidade símbolo de brasilidade, e *urbs*, a cidade do cotidiano, parecia, dessa maneira, bastante simples e facilmente apreensível no projeto de Lúcio Costa. A utopia implícita nas imagens de Brasília teria como suporte a cidade administrativa e foi em relação à tecno-burocracia que se organizou a divisão técnica e social do espaço de moradia do DF, em setores habitacionais distintos e de acordo com a hierarquia dos indivíduos nos vários escalões governamentais: aqui, o primeiro escalão ao longo das quadras nobres das

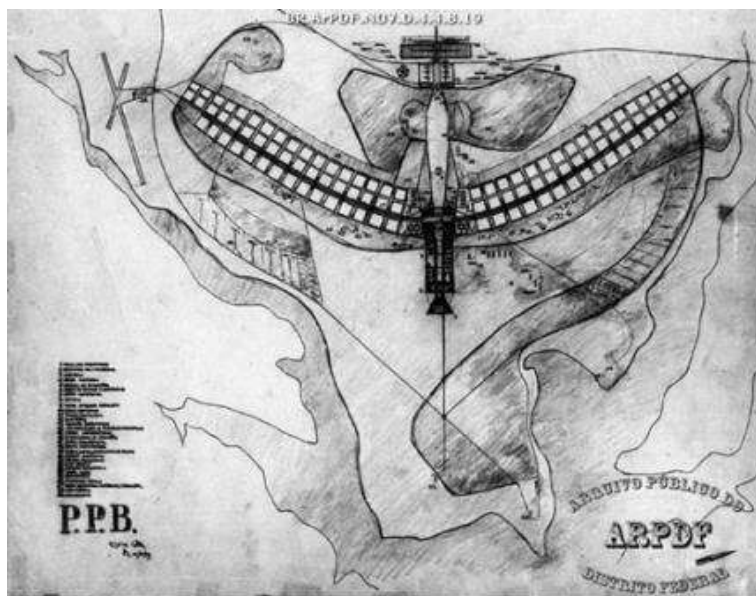
<sup>35</sup> Kubitschek, 1974, p. 08.

<sup>36</sup> Costa; Steinke, 2014, p. 04.

<sup>37</sup> Costa, 1965, p. 356.

<sup>38</sup> O Memorial de Lúcio Costa não menciona a Escala Bucólica. Naturalmente, estabelece as áreas verdes, dispostas ao longo das quadras residenciais e também dentro delas, mas sem escala a parte. No documento Brasília 57-85, do “Plano Piloto ao Plano Piloto”, em que Lúcio Costa defende seu projeto, ainda constam somente três escalas: escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária, nesta ordem. A Escala Bucólica vai aparecer no Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que se refere à preservação das áreas verdes para a manutenção concepção urbanística de Brasília como cidade-parque.

Asas Norte e Sul ou em lotes individuais também previstos no Memorial Descritivo; lá, o segundo, nas quadras 400 e o Cruzeiro, as mais modestas do Plano Piloto. Como foi especificado no período de construção da Capital, “quanto ao critério da distribuição dessas residências, caberá ao grupo de trabalho (Grupo de Trabalho de Brasília), para a transferência dos funcionários, defini-lo, mas está decidido que os senhores senadores e deputados terão prioridade na escolha, seguindo-se os funcionários, de acordo com seu cargo e função”<sup>39</sup>.



**Figura 2. Croqui do Plano Piloto (Brasília) de Lúcio Costa.**

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal do Brasil (APDF).

Nesse urbanismo de forte influência iluminista, a igualdade, a liberdade e a fraternidade deveriam estar impressas no espaço, mesmo que à custa da padronização das formas, dos trabalhos, da recreação, dos trajetos e da paisagem. Dessa forma, espaço objetivo, do planejamento, e espaço subjetivo, da vivência cotidiana, seriam unos, sem conflitos ou contradições. A Capital deveria ser, concomitantemente, racional, harmoniosa e igualitária: deveriam morar, na mesma quadra, o senador e seu motorista; o ministro e seu copeiro, ideal nunca alcançado ou mesmo tentado. O ideal de Lúcio Costa era que a “gradação social” poderia ser facilmente dosada por meio de valores maiores ou menores atribuídos a cada quadra, a manter todas, porém, a mesma qualidade de vida<sup>40</sup>. O discurso estimulou um imaginário de igualdade necessário e extrapolou a dimensão do espaço intraurbano. As décadas de 1950-60 enquanto período de manifestações populares e instabilidade política no Rio de Janeiro, requeria um imaginário favorável à promoção do bem comum da nação longe de toda pressão social e situou o Estado como guardião dos interesses gerais da nação<sup>41</sup>.

Quando a cidade “harmoniosa”, centrada no Plano Piloto, atingisse a população planejada, entre 500.000 e 700.000 habitantes, expandir-se-ia pelas penínsulas do lago Paranoá e por cidades-satélites (Mapa 01), como sugeriu o arquiteto inglês, sir William Holford, membro do júri que escolheu a proposta final da cidade<sup>42</sup>. Todavia, na passagem do ideal de “cidade-

<sup>39</sup> Revista Brasília, 1959.

<sup>40</sup> Peluso; Cidade, 2002.

<sup>41</sup> Vesentini, 1986. Costa; Steinke, 2014.

<sup>42</sup> Peluso, 1983.

modelo” à “cidade real”, entre a ideia de “cidade igualitária” e a “cidade do cotidiano vivido”, no âmago mesmo da sociedade administrada, o indevido ou o indesejado bateram à porta da *civitas*. Uma população não destinada, para a qual não havia lugar na divisão técnica do trabalho, chegava também e era necessária para que a *urbs* se erguesse do chão: os trabalhadores ou operários da construção civil, os “candangos”. Estes, porém, estavam nos alojamentos das construtoras e havia a expectativa governamental de que regressassem a seus lugares de origem depois de construída Brasília. Aqueles que ergueram a Capital deveriam deixá-la ao término de sua missão, mas negaram-se a isso e no Distrito Federal permaneceram, a compor os núcleos populacionais novos no entorno da cidade finalizada.

O discurso de Lúcio Costa, emitido em 1974 dá conta dessa visão das autoridades e é revelador do potencial social diverso que constitui, historicamente, o Distrito Federal brasileiro, com gente do Norte e Nordeste brasileiros, especialmente,

O crescimento da cidade é que ocorreu de forma anômala. Houve uma inversão que todos conhecem, porque o plano estabelecido era para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500.000 a 700.000 habitantes. Ao aproximar-se desses limites, então, é que seriam planejadas as cidades-satélites, para que estas se expandissem ordenadamente, racionalmente planejadas. Mas ocorreu a inversão, porque a população a que nos referimos, (os candangos) aqui ficou e surgiu o problema de onde localizá-la [...] Daí a criação dos núcleos periféricos, para transferir a população, dando terreno para que se instalassem de uma maneira ou de outra. Como consequência, os núcleos anteciparam-se à cidade inconclusa, cidade ainda arquipélago, como estava agora já mais adensada, mas ainda não concluída. A cidade ainda está ôca. Entretanto, dois terços da população de Brasília mora nessa periferia, o que foi, naturalmente, desvirtuamento<sup>43</sup>.

Se a permanência dos trabalhadores da construção da cidade já se mostrava um problema ao Governo, houve outro advindo da chegada de uma população na busca de emprego e de melhores oportunidades de vida na Nova Capital, os quais se instalavam no cerrado e em áreas vazias do Plano Piloto. O registro perceptivo para as autoridades era de uma multidão perigosa que colocava também em risco a racionalidade e a harmonia do Plano Piloto. “Naquela época, milhares de migrantes, muitos com suas famílias, se dirigiam ao Planalto Central, em busca de empregos. A cada dia, novas levas aqui desembarcavam. A construção de acampamentos de madeira não podia mais atender a demanda. Passou, então, essa multidão a se alojar em torno dos acampamentos, ao longo da Avenida W/3 e nas imediações do Núcleo Bandeirante”<sup>44</sup>.

A experiência de Belo Horizonte, conhecida pelos construtores de Brasília, cidade planejada e também tomada por favelas no início da construção<sup>45</sup>, recomendava soluções imediatas. A efervescência social também se instalava na nova Capital e a falta de moradia causava grande insatisfação. Sebastião Varela, cantador de cordel, assim resume a visão dos operários da construção, frente às obras de Brasília: *Era famílias e famílias / sem ter onde ficar / fazendo prédios bonitos / sem ter onde morar / com sua pobre mobília / sem ter onde botar*.

Algumas cidades-satélites foram construídas antes mesmo da inauguração da cidade-modelo, aumentando-se a divisão técnica e social do espaço da Capital para abrigar o trabalhador e os novos trabalhos que surgiam. A representação do trabalhador vem logo carregada de uma relação de identidade e fornece um sentido paternalista para justificar a primeira cidade-

---

<sup>43</sup> Sousa *et al.*, 1996, p. 61.

<sup>44</sup> Ernesto Silva, 1971, p. 230.

<sup>45</sup> Plambel, 1978.

satélite, Taguatinga<sup>46</sup>. A decisão de edificar Taguatinga teve como razão “proporcionar aos modestos habitantes de Brasília – o candango que ajudou a construir a cidade – a aquisição de um terreno para a construção da casa própria”<sup>47</sup>.

Estava em curso o primeiro momento de conflitos favorecedores de imaginários, no amplo espaço da Nova Capital e Distrito Federal, que se dava pela contradição entre a ordem identificada com a burocracia-modelo e o habitante da cidade-modelo, e a “desordem” a ser contida, identificada com o trabalhador e seus novos lugares (cidades satélites) dentro do Distrito Federal. A mesma estratégia incorporada por Taguatinga (“depósito de trabalhadores” da construção) repetiu-se para Sobradinho e Gama, os primeiros núcleos autorizados pelo governo; a ideia era fixar pela distância as populações oriundas de acampamentos das firmas empreiteiras (figura 3) e das “invasões” que se espalhavam próximos aos canteiros de obra do Plano Piloto.

Taguatinga é, no Distrito Federal, a primeira cidade-satélite instituída, com o objetivo de ‘organizar’ os aglomerados humanos desenvolvidos com a construção da capital, as ‘invasões’ próximas ao Plano Piloto. A cidade-satélite advém, então, dos acampamentos de operários da construção de Brasília e foi implantada em junho de 1958, no movimento de construção da capital. A história de Taguatinga está vinculada à ‘invasão’ que originou a Vila Sarah Kubitschek, localizada ao longo da estrada Brasília-Anápolis, à direita de quem se dirige à Goiânia, defronte à Cidade Livre, que começou com a ocupação de terrenos por nordestinos, tangidos pelo açoite inclemente de uma seca prolongada no Nordeste, que chegaram esperançosos em busca de trabalho<sup>48</sup>.



**Figura 3. Construção de barracos no acampamento da Vila Planalto. Ao fundo, vê-se a construção da Esplanada dos Ministérios (década de 1960).**

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (APDF).

<sup>46</sup> Para compreensão da origem de Taguatinga, ver Costa; Peluso, 2013.

<sup>47</sup> Silva, 1971, p. 230.

<sup>48</sup> Costa; Peluso, 2013, p. 16-17.

Além destas três primeiras cidades, duas outras pré-existentes e incorporadas ao espaço urbano do DF – Planaltina, anteriormente um município de Goiás, e Brazlândia, antigo distrito de Luziânia, também receberam trabalhadores pobres oriundos de “invasões”. Brazlândia, a 59 km do Plano Piloto (RA-IV mais distante do centro urbano - Figura 1), ao ser incorporada ao Distrito Federal, perdeu parte de seu território para a construção da barragem do rio Descoberto, destinado a abastecer de água o DF. As áreas urbana e rural também sofreram modificações com a vinda de grandes contingentes populacionais. Na área urbana, para assentar moradores das diversas invasões do DF, foram criados vários setores e, na década de 1960, criou-se loteamento de duas mil casas para abrigar “invasões” do Núcleo Bandeirante, Guará e da favela Vietcong, formada nas proximidades de Taguatinga<sup>49</sup>. Em 1982, Brazlândia foi acrescida de mais um setor, a Vila São José, para abrigar removidos de “invasões” e para fazer frente às demandas dos próprios moradores por mais habitações. Brazlândia passou a contar, então, com cinco setores: Tradicional, onde se originou o povoamento; Norte, onde se encontra o comércio; Sul e Veredas, setores habitacionais; Vila São José, o mais carente<sup>50</sup>.

Em 1971, a remoção de invasões localizadas próximas do Núcleo Bandeirante, regularizada como cidade-satélite em 1961, para as quadras M e N de Taguatinga Norte, deu origem a Ceilândia. Em 1984, criou-se nova cidade-satélite, Samambaia, próxima a Taguatinga e Ceilândia, destinada a classes sociais diversificadas. Em fins de outubro de 1984, foram licitados os primeiros lotes destinados a moradores de renda média baixa, principalmente cooperativas dos escalões inferiores das Forças Armadas, e lotes maiores no Setor de Mansões, para pessoas de rendas mais elevadas<sup>51</sup>. Em meados de 1985, Samambaia recebeu seus primeiros habitantes e, em 1989, a SHIS iniciou a entrega de 4.000 pequenas casas para moradores com renda superior a três salários mínimos<sup>52</sup>.

Apesar das remoções, “invasões” continuavam em todo o DF, tanto no Plano Piloto quanto em suas proximidades<sup>53</sup>. As muito pequenas e empobrecidas passavam quase despercebidas, dado o reduzido número de moradores, mesmo que estivessem muito próximas do Plano Piloto ou de áreas nobres da Capital e dentro de zonas de preservação ambiental. Entre elas, encontrava-se a “invasão” do então denominado Lixão (Estrutural), constituído por catadores de lixo do aterro sanitário do DF, nos limites do Parque Nacional de Brasília; e também o Varjão, formado por trabalhadores rurais e urbanos de baixa renda, dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá<sup>54</sup>.

Em fins da década de 1980, já como prenúncio das eleições diretas para governador e deputados distritais a serem iniciadas em 1990, o primeiro governador escolhido para o período de transição percebeu que as demandas diversificadas dos atores urbanos não cabiam mais na rigidez do plano modernista e as políticas anteriores de restrição à ocupação do

---

<sup>49</sup> Peluso, 1983; Weber, 2011; GDF, 2013-2014.

<sup>50</sup> Weber, 2011.

<sup>51</sup> Ver localização de todas as cidades mencionadas, na figura 1.

<sup>52</sup> Aubertin; Peluso, 1990; Peluso, 1998.

<sup>53</sup> No local onde atualmente se encontra o Parque Olhos D'Água (no Plano Piloto entre as SQN 414 e 415), por exemplo, era uma invasão, cujos moradores foram removidos para Samambaia. Uma moradora, ao ser indagada sobre o local em que morava antes de ser removida para Samambaia, a resposta foi “morava numa invasão. Uma invasãozinha que minha irmã invadiu”, Peluso, 1998, p. 138.

<sup>54</sup> É difícil especificar o número de moradores no início do Lixão ou do Varjão pela falta de dados confiáveis e também pela grande mobilidade da população. Estima-se para o primeiro entre 50 a 100 domicílios, Lessa, 2014; GDF, 2013-2014.

território não mais se mostraram válidas<sup>55</sup>. Pode-se mesmo considerar que, em decorrência destas políticas, o déficit de habitações no DF era muito grande. Em 1987, o número de inscritos em busca de moradia na Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), somava 120.000 pessoas e a projeção para o ano seguinte era de 129.000<sup>56</sup>. Teve início, então, em março de 1989, o Programa de Assentamento das Populações de Baixa Renda do Distrito Federal, no qual foram assentados, em lotes semi-urbanizados e cedidos em concessão de uso, moradores de aluguel e “invasores” de áreas públicas inscritos na SHIS. Ao mesmo tempo, a política de remoções forçadas também terminou e buscou-se fixar as populações nos locais em que já se encontravam<sup>57</sup>. A alteração no posicionamento do GDF foi sentida, principalmente, em Samambaia, Lixão (Estrutural) e Varjão, objetos deste estudo.

A ocupação de *Samambaia* - iniciada em 1984-85, como já posto - devia fazer-se lentamente, para que fossem providenciadas infraestruturas e serviços, a atender a população de baixa renda, tanto removidos de “invasões”, quanto inquilinos de fundos de lotes<sup>58</sup>. Foi o último grande movimento populacional do DF, obtido muito mais com promessas de melhoria de vida, tais como obtenção da casa própria e aumento da renda sem o pagamento do aluguel, do que pela força, conforme períodos anteriores<sup>59</sup>. Os removidos ocuparam 22.635 lotes no corpo central de Samambaia, além de uma expansão, a Vila Rocinha. O Setor de Mansões, agora denominado de Setor de Mansões Leste (SML) desmembrou-se de Samambaia e passou a integrar a RA III – Taguatinga<sup>60</sup>.

As “invasões” do Lixão (Estrutural) e do Varjão, em decorrência da nova posição do GDF por fixar as populações e não mais removê-las, e da ação de políticos, permaneceram e, inclusive, tomaram grande vulto. Não se falava mais em “erradicação de invasões”, pois a densidade da população localizada em assentamentos precários era computada, de maneira diretamente proporcional, ao número de votos.

O Lixão, no início pertencente ao Guará (RA X), teve sua toponímia alterada com a inauguração da rodovia DF - 095, a Via Estrutural, passando à *Vila Estrutural*. O crescimento de sua população foi exponencial e desordenado, apesar dos riscos, por estar próxima ao Poliduto da Petrobrás e de nascentes do Parque Nacional de Brasília. Em 1997, já moravam no local cerca de 3.000 pessoas, quando o GDF pretendeu remover os barracos; o que não aconteceu, pela resistência dos moradores e pela atuação de políticos<sup>61</sup>. Em 1989, quando começou a fazer parte do novo Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA (RA XXV), juntamente com a Cidade do Automóvel, a Vila Estrutural passou a denominar-se Cidade Estrutural e tornou-se sua sede urbana<sup>62</sup>.

O *Varjão*, resultado de uma urbanização desordenada, apesar de se situar em área de risco ambiental, em relevo acidentado e com grande número de nascentes, foi regularizado em 1991. Em 2001, o Projeto Integrado Vila Varjão, elaborado pela Secretaria de Estado de

---

<sup>55</sup> Peluso; Cidade, 2014.

<sup>56</sup> GDF, 1989-90.

<sup>57</sup> Aubertin; Peluso, 1990.

<sup>58</sup> No início, os lotes distribuídos pela SHIS eram bastante grandes, o que permitia a construção de quartos no fundo dos terrenos e alugados para pessoas sem residência. Daí a expressão “inquilinos de fundos de lotes”.

<sup>59</sup> Peluso, 1998.

<sup>60</sup> GDF, 2013-2014; GDF, 1989-90.

<sup>61</sup> Lessa, 2014.

<sup>62</sup> GDF, 2013- 2014.



Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH)<sup>63</sup> e o Programa Habitar Brasil/Bid desenvolveu uma proposta para uso e ocupação do solo com o objetivo de elevar a qualidade de vida dos moradores e estimular a participação popular no planejamento local. O Programa elaborou também uma proposta de uso e ocupação do solo que teve efeitos bastante positivos sobre a área, apesar da permanência da ocupação desordenada<sup>64</sup>. Tornou-se a nova Região Administrativa XXIII, em 2003.

Esse panorama geral sobre a formação dos primeiros núcleos habitacionais destinados aos construtores de Brasília favorece apreender o principal elo que está na base do imaginário urbano, bem como os mais notórios condicionantes da *situação territorial vulnerável* no Distrito Federal, que é a dificuldade de acesso ao terreno para moradia e a condições de habitabilidade, as quais sugerem outros problemas socioespaciais decorrentes que serão analisados a partir do recorte empírico deste estudo.

### **Imaginários urbanos sobre Brasília e sua *situação territorial vulnerável***

Como já anunciado, concorda-se que a vulnerabilidade tem uma dimensão objetiva - mensurável do ponto de vista socioeconômico e ambiental - e outra subjetiva, dada pela percepção social da própria vulnerabilidade, o que leva à correlação necessária entre os dados concretos oficiais sobre a vulnerabilidade instituída no DF e as informações orais subjetivas reveladoras de um imaginário popular urbano advindo da observação ou do convívio com os lugares. Concorde-se que não se deve desqualificar, sumariamente, dimensões do idealismo e do positivismo, deste ou daquele método, dogmaticamente, mas propor vieses que podem levar a análises mais eficientes e coerentes do real<sup>65</sup>.

Logo, ganham voz, neste item do artigo, os moradores mais antigos encontrados nas Regiões Administrativas, Estrutural, Samambaia Norte Ímpar e Varjão (baixa renda), ou seja, localidades que, no entrecruzamento dos parâmetros *nível de renda e territórios de vulnerabilidade social*, se destacam. Este recorte empírico serve de ilustração a tendências gerais da *situação territorial vulnerável* urbana denunciada tanto pelo conteúdo das vivências e imaginações populares, quando pelos dados oficiais sobre essas RAs da metrópole Brasília.

O conceito de vulnerabilidade social adotado pelo Dieese advém da definição proposta no Programa Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004), onde a população vulnerável é delimitada, sempre no contexto familiar, mediante combinações excludentes de atributos relativos, principalmente, à renda *per capita*, tamanho, tipo, chefia e composição da família. Trata-se, na prática, de um domínio de estudo que só pode ser conhecido e dimensionado através de consulta domiciliar ampla, única forma de se calcular, inclusive, os índices de vulnerabilidade social vigentes em cada um dos territórios de interesse da pesquisa. O quadro 1 apresenta os dados caracterizadores das três RAs aqui analisadas, com estimativa de: i) pessoas e domicílios avaliados; ii) índice de vulnerabilidade do setor específico; iii) índice de

---

<sup>63</sup> A SEDUH originou-se de alterações da antiga SHIS, Sociedade de Habitações de Interesse Social, criada em 1962 para atender as políticas habitacionais do DF. Em 1997, motivada pela reestruturação do órgão e aumento de suas atribuições, passou a denominar-se de Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDABH. Em 2011, com nova reestruturação e novas atribuições, tornou-se a Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB.

<sup>64</sup> Oliveira, 2012.

<sup>65</sup> Capel, 2011.

vulnerabilidade da RA enquanto totalidade. O Varjão apresenta-se como o território mais vulnerável; Samambaia Norte Ímpar o mais populoso e os três territórios estão entre os dez mais vulneráveis do DF, conforme quadro 2.

Quadro 1 - RAs em análise / estimativa de pessoas e domicílios avaliados (recorte da análise)					
Região Administ.	Territórios	População	Nº domicílios	Índ. Vulnerab. Setor	Índ. Vulnerab. RA
Varjão	Brasília - Varjão	6.945	1.814	64,7%	64,7%
	Total	6.945	1.814		
Estrutural	Estrutural	33.605	8.782	60,1%	60,1%
	Total	33.605	8.782		
Samambaia	Samambaia - N. ímpar	53.197	15.174	59,6%	51,4%
	Samambaia - Norte par	49.970	13.251	40,1%	
	Samambaia - Sul ímpar	66.215	18.023	53,3%	
	Samambaia - Sul par	40.131	11.311	50,6%	
	Samambaia - Sul par Total	209.513	57.759		

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do DIEESE, 2012, Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no DF.

O quadro 2 sintetiza a análise do Dieese e apresenta o índice de vulnerabilidade social para o DF como um todo de 50,5 por cento de forma que os territórios que possuem índice superior à média do DF foram considerados vulneráveis, totalizando 33 dos 62 territórios identificados pela pesquisa. O índice de vulnerabilidade geral do DF (50,5%) foi fortemente influenciado por três perfis de família, num universo de nove perfis trabalhados: i) família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filho menor de 15 anos e ser analfabeta (24%); ii) família com renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo (20%); e iii) família em que há uma pessoa entre 4 e 14 anos que não estude (15%). Apreendem-se as três RAs selecionadas para esta pesquisa, no contexto total dos 62 territórios vulneráveis do DF, as quais foram escolhidas conforme possibilidades temporais, financeiras e estratégicas relacionadas ao projeto maior no qual se insere este estudo. São esclarecidos, também, o que resolvemos tratar por grupo de *enclaves vulneráveis* de cada RA do DF, o que sugere os territórios de menores índices de qualidade de vida em cada cidade distrital.

Quadro 2 – Ranqueamento dos Territórios de Vulnerabilidade do DF			
Sequência dos territórios ou enclaves vulneráveis na Região Administrativa - RA	Índice de Vulnerab. (%)	Região Administrativa - RA	Enclaves vulneráveis por RA (Panorama geral)
Ceilândia - Chácara	74,2	Brasília	Vila Planalto
Itapoã - Fazendinha	72,1		Vila Telebrasília
Ceilândia - QNM	65,7	Brazlândia	Setor Norte
Varjão	64,7		Setor Sul
Planaltina - Buritis	63,9		Setor tradicional
Estrutural	60,1		Setor Veredas
Samambaia - Norte ímpar	59,6		Vila São José
Itapoã I e II	59,4	Candangolândia	Candangolândia
Itapoã - Condomínios	58,7	Ceilândia	Chácara
Brasília - Vila Telebrasília	58,5		P Norte

São Sebastião - Residencial Oeste	57,6		QNN
Brazlândia - Setor Tradicional	56,5		QNP
Ceilândia - Setor O	55,9		Setor O
Planaltina - Arapoanga	55,6		QNM
Recanto das Emas - Final até 5	55,1	<b>Estrutural</b>	Estrutural
Taguatinga - Areal	54,7		Leste
Sta Maria - Quadras acima de 10	54,1		Oeste
Brazlândia - Vila São José	54,0	<b>Gama</b>	Setor Central
Sta. Maria - Cond. Porto Rico	53,7		Sul
Samambaia - Sul ímpar	53,3		Lúcio Costa
Ceilândia - QNP 53,3	53,3	<b>Guará</b>	Guará I
São Sebastião	53,2		Guará II
Planaltina - Cond. Est. D'Armas	53,0		Condomínios
Recto das Emas - Final 6 ou mais	52,9		Fazendinha
Planaltina - Setor Tradicional	52,8	<b>Itapoã</b>	Itapoã I
São Sebastião - Res. Bosque	52,8		Itapoã II
Paranoá	52,6	<b>Paranoá</b>	Paranoá
São Sebastião - São José	52,5	<b>Núcleo Bandeirante</b>	Núcleo Bandeirante
Brazlândia - Setor Veredas	52,1		Arapoanga
Gama - Setor Central	51,8		Buritis
Planaltina - Jardim Roriz	51,4		Cond. Est. M. D'Armas
Gama - Oeste	51,2	<b>Planaltina</b>	Cond. M. D'Armas
Samambaia - Sul par	50,6		Jardim Roriz
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>50,5</b>		Setor Tradicional
São Sebastião - São Francisco	48,7		Vale do Amanhecer
Ceilândia - P Norte - QNP a QNR	48,5	<b>Recanto das Emas</b>	Final 6 ou mais
Brazlândia - Setor Norte	48,5		Final até 5
Sobradinho II	48,2	<b>Riacho Fundo</b>	Riacho Fundo I
São Sebastião - Tradicional	46,8		Riacho Fundo II
Gama - Leste	46,8		Norte Ímpar
Sobradinho I	46,8	<b>Samambaia</b>	Norte Par
Gama - Sul	46,8		Sul Ímpar
Taguatinga - QNA a QNJ	46,3		Sul Par
Guará II	45,7		Cond. Porto Rico
Riacho Fundo I	45,4	<b>Sta. Maria</b>	Quadras 1 a 10
Riacho Fundo II	44,3		Quadras acima de 10
Guará I	44,2		Santos Dumont
Taguatinga - QNM	44,1		São Sebastião
Santa Maria - Quadras 1 a 10	43,4	<b>São Sebastião</b>	Residencial Bosque
Taguatinga - QNL	42,5		Residencial Oeste
Núcleo Bandeirante	41,6		São Francisco
Ceilândia - QNN	40,9		São José
Samambaia - Norte par	40,1		Tradicional
Brasília - Vila Planalto	38,4	<b>Sobradinho</b>	Sobradinho I
Planaltina - Cond. Mestre D'Armas	37,8		Sobradinho II
Candangolândia	36,4		Areal
Taguatinga - Col. Agríc Samambaia	35,9	<b>Taguatinga</b>	Col. Ag. Samambaia
Planaltina - Vale do Amanhecer	33,2		QNA a QNJ
Guará - Lúcio Costa	31,4		QNL
Vicente Pires	29,6		QNM
Taguatinga - QSA a QSF	27,4		QSA a QSF
Brazlândia - Setor Sul	24,3	<b>Vicente Pires</b>	Vicente Pires
Santa Maria - Santos Dumont	23,1	<b>Varjão</b>	Varjão

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do DIEESE, 2012, Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no DF.

A *situação territorial vulnerável*, entendida como a resultante (concreta e em mutação permanente) das ações que levam à precarização ou à valorização relacionais da vida espacial, é pensada, categorizada e mesmo instituída por meio de comparações, de maneira que o território da vulnerabilidade faz-se para o coletivo como singular e, por vezes, estigmatizado; é encarado como *locus* da violência, das drogas, da prostituição etc. Dados oficiais, estatísticos e a leitura da mídia, na maioria dos casos, são incapazes de capturar os sentidos sociais mais diversificados que esses territórios trazem para sua população. Não se deve negligenciar que um território tido por *vulnerável* socioeconomicamente seja representativo da cultura, da identidade ou de uma história local, regional e nacional ou mesmo de afetividades espaciais. Cada caso urbano singulariza a relação entre a realidade material oriunda de uma vida econômica de relações em escala macro, a constituir territorialidades mais gerais, frente a peculiaridades de uma apropriação simbólica deste mesmo território, em menores escalas, pelos seus membros. Definidos os territórios de vulnerabilidade, suas escalas de análise e os grupos sociais ou edificações em piores situações, faz-se necessário integrá-los às diferentes práticas de gestão pública<sup>66</sup>.

O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras, situações, feitura ou rupturas do cotidiano<sup>67</sup>. Nesse aspecto, o imaginário urbano traz agregações e fragmentações, pelo modo de julgar e de sentir o espaço vivido, que é constituído tanto de redes materiais quanto de redes simbólicas. “A imagem da cidade também é signo, ícone, representação”, está no “hábito perceptivo do cotidiano”; esse imaginário não a reproduz fielmente, mas é “estimulado pelos seus fragmentos/índices, produz discursos que com ela interagem.”<sup>68</sup>

Do ponto de vista cumulativo material, os indicadores oficiais do DF refletem a face relativamente dramática das RAs em análise, enquanto espaços vividos também vulneráveis (de representações e práticas cotidianas). Se a vulnerabilidade é uma construção social, onde ideologias (como a neoliberal) desestimulam mecanismos de solidariedade e ações públicas em matéria de proteção social<sup>69</sup>, a vida espacial refletida na quadro 3 deve ser encarada como resultante de um ordenamento territorial feito pelo controle de ações de mercado (imobiliário, notadamente, no caso do DF), que catalisam a *situação territorial vulnerável* onde se localizam os grupos sociais com maiores dificuldades econômicas. Nesse sentido, há de se concordar que “vulnerabilidad tiene una dimensión objetiva y mensurable a partir de indicadores - siempre sometidos a debate - junto a otra subjetiva que se relaciona con la percepción de inseguridad y miedo que los ciudadanos tienen del territorio donde viven y de sus propias condiciones sociales”<sup>70</sup>.

A avaliação dos dados fornecidos pelo quadro 3 indica que as RAs analisadas, no conjunto, têm como principais elementos definidores de sua vulnerabilidade: famílias chefiadas por mulheres analfabetas e com filho menor de 15 anos, com renda per capita média a ½ salário mínimo; em sua maior porcentagem são domicílios particulares permanentes já pagos ou alugados (com pequena quantidade de improvisados); moradias com paredes de alvenaria, menor porcentagem de madeira e cobertura de telhas (baixa porcentagem de cobertura de laje

---

<sup>66</sup> Zanirato *et al*, 2008, p. 11.

<sup>67</sup> Lefebvre, 2001.

<sup>68</sup> Ferrara, 1997, p. 123, 199.

<sup>69</sup> Méndez; Prada-Trigo, 2014.

<sup>70</sup> Méndez e Prada-Trigo, 2014, p. 11.

de concreto); ressalta-se o caso da Estrutural, onde 72,5 por cento dos terrenos são irregulares; é revelador o fato de que as três RAs apresentam alta porcentagem de domicílios com água encanada (em ao menos um cômodo) e conexão à rede coletora de esgoto ou pluvial; será a Estrutural a apresentar maiores índices de domicílios com fossas rudimentares e/ou não conectadas à rede coletora de esgoto.

Quadro 3 – Elementos constitutivos da “situação territorial vulnerável” do DF			
Evento	Varjão	Estrutural	Samambaia
Principais Grupos de população vulnerável <sup>71</sup>	IV e V	IV e VII	IV e II
População entre 21 e 60 anos	47,3%	48,3%	53,8%
Ensino superior completo	1,5%	1,1%	1,8% <sup>72</sup>
<b>Faixa de renda familiar per capita (Salário Mínimo)</b>			
0 – ¼ SM	18,4%	16,9%	19,5%
Mais de ¼ a ½ SM	21,1%	17,6%	18,7%
Acima de ½ SM	38,4%	30,7%	49,0%
Sem declaração	22,2%	34,7%	12,8%
<b>Domicílios segundo espécie e características da construção</b>			
Particular permanente	98,3%	97,4%	94,5%
Particular improvisado	1,7%	2,6%	5,5%
Paredes alvenaria	86,7%	92,8%	91,45
Paredes madeira aparelhada	0,6%	0,4%	0,0%
Paredes taipa não revestida	0,0%	0,1%	0,0%
Paredes madeira aproveitada	11,0%	4%	0,0%
Cobertura telha	94,5%	82,7%	89,5%
Cobertura laje de concreto	0,9%	9,3%	5,0%
Cobertura madeira aparelhada	1,4%	0,3%	0,0%
Cobertura Zinco	1,0%	0,1%	0,0%
<b>Condição de ocupação e regularização do terreno</b>			
Próprio, já pago	47,0%	71,1%	60,3%
Próprio, em pagamento	0,7%	0,0%	0,7%
Alugado	27,3%	12,9%	32,5%
Cedido por empregador	0,0%	0,0%	0,4%
Cedido de outra pessoa	24,5%	3,4%	3,8%
Terreno regularizado	73,3%	25,2%	81,1%
Terreno não regularizado	18,5%	72,5%	8,7%
Sem resposta sobre regularização	8,3%	2,3%	10,2%
<b>Uso de serviços (água canalizada e escoadouro sanitário)</b>			
Tem água canalizada	96,9%	100%	100%

<sup>71</sup> **Grupo I** – Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório. **Grupo II** – Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. **Grupo III** – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo. **Grupo IV** – Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta. **Grupo V** – Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo. **Grupo VI** – Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe. **Grupo VII** – Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude. **Grupo VIII** – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais. **Grupo IX** – Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

<sup>72</sup> Samambaia Norte par, Samambaia sul par e Samambaia sul ímpar apresentaram, respectivamente, 4,1%, 4,0% e 4,0% de entrevistados com ensino superior completo, o que demonstra superioridade de pessoas com nível superior, em relação a Samambaia Norte ímpar, 1,8%.

Não tem água canalizada	3,2%	0,0%	0,0%
Rede coletora de esgoto ou pluvial	98,6%	61,7%	89,3%
Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	0,5%	7,2%	4,7%
Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	0,4%	16,0%	4,8%
Fossa rudimentar	0,2%	8,6%	0,0%
Vala	0,0%	4,0%	0,5%

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do DIEESE, 2012, Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no DF.

A realidade codificada em dados é, antes de tudo, atributo produzido e, ao mesmo tempo, interpretado pelo ser cognoscente. Ainda que o imaginário esteja ligado ao campo das representações, ele vai além do intelecto e significa uma tradução mental da realidade empírica, a dar corpo à realidade conforme o grau de afetividade ou percepção emotiva do sujeito em relação ao seu amplo ou restrito território de trânsitos ou de vida ativa.

A avaliação total dos relatos orais coletados no Varjão aponta para a significação do território, que revela a afetividade e a identificação do indivíduo com sua cidade, aspectos positivos e negativos desta, assim como a questão da mobilização pró-fixação no DF. Verifica-se, através de entrevistas aos moradores mais antigos do lugar, uma afetividade que advém do residir e leva ao permanecer ali, o que foi construído no decorrer de décadas (é atribuído aos jovens o desejo de deixar o aglomerado, em busca de trabalho em outros pontos)<sup>73</sup>. Guarda-se o imaginário de uma metrópole de consumos e segmentada, *locus* histórico do trabalho, associada à insegurança e à violência. Localizada cerca de duas áreas nobres, de maior valorização da vida pelo espaço econômico produzido (Lago Norte e Plano Piloto), os moradores do Varjão reconhecem a importância da proximidade física a ambos, a aproveitar os recursos disponíveis nesses lugares. Hoje, imaginado como lugar tranquilo e aprazível, os moradores denotam que seu espaço de vivências cotidianas guarda o estigma de “perigoso”, devido ao histórico de tráfico e de violência, que decorre da falta de policiamento (maior vigilância, nos últimos anos, fez a diminuição relativa dos fatos violentos, mas permaneceu o estigma).

O que eu sinto pelo Varjão? É um local [...], bem interessante de se morar, melhorou só nos últimos anos, né? Há alguns anos atrás era pior que Santa Maria. Antigamente não dava; o Varjão era uma das cidades mais violentas do DF, aqui era tenebroso. Tinha muito roubo, muito tráfico de drogas. Ainda tem, e qual a cidade que não tem? Mas diminuiu bastante, então as pessoas se sentem mais seguras. Andar de noite tranquilo, sem medo de uma bala perdida, já foi um grande adiantamento; parou de morrer muita gente. Também tinha muita invasão de terreno. Barraco, favelas aqui por essa região, quase tudo era de madeira, mudou bastante. Hoje, tá mais organizado, tem até asfalto, algum saneamento. Mas

<sup>73</sup> O Varjão se localiza em terras da antiga fazenda Brejo ou Torto, desapropriada pelo Estado de Goiás em 1956 para fazer parte do território do novo Distrito Federal (localização na figura 1). No contexto da nova Capital em construção, a partir de 1957, ocorreu a chegada de moradores, especialmente para a extração de areia. Como as outras ocupações mais antigas do DF, foram muitas as dificuldades até a fixação do Varjão: os deslocamentos à distante Cidade Livre para compras (ver análise geográfica histórica de Cidade Livre em Costa; Peluso, 2014); as ameaças da Terracap para a saída dos ocupantes, com a destruição de barracos, nas décadas de 1970-1980; a composição de Associação de Moradores do Varjão, na década de 1980. Neste período, estruturava-se uma ocupação denominada Boca do Sapo, próxima do Ribeirão do Torto e no fundo das mansões do Lago Norte, o que gerou uma forte pressão dos moradores desta localidade para a retirada dos ocupantes, ao ponto em que a Associação de Moradores do Varjão se envolveu no embate e reivindicou a transferência de cerca de 40 famílias daquela ocupação (da QL1) para o Varjão, o que ocorreu em 1986 (Medeiros, 2001). A pressão da burguesia do Lago Norte se voltou, então, para a remoção do Varjão, com argumento de que a ocupação se dava em área de preservação ambiental. Ocorria que o Varjão era “invasão” indesejada no Lago Norte, pois poderia estimular a desvalorização dos imóveis de novos ricos do DF.

transporte não, porque transporte público é problema não só do Varjão, mas do DF. Como é por toda região, acaba afetando aqui. Daqui do Varjão se vai pra rodoviária ou espera um ônibus pra cá, você sofre muito. Transporte aqui continua muito ruim. Também faltam opções de lazer; eu acredito que cada quadra ter um PEC (Ponto de Encontro Comunitário) não é boa estratégia de lazer. Se tivesse um ponto de lazer, algo pra realmente se dizer que é lazer seria bom, melhoraria a visão do local<sup>74</sup>.

A cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento<sup>75</sup>. A interpretação do cidadão sobre o espaço vivido agrega elementos que conformam seu imaginário, no decorrer de uma vida em constante mudança. O depoimento é esclarecedor de um território em trânsito, de violento a mais seguro, de formas precárias - barracos de madeira - a mais valorizadas - casas de alvenaria e edifícios de dois ou três andares para aluguel. O anúncio da carência em lazer e dificuldade de circulação urbana indicam necessidade de ação pública. Mesmo diante das aflições urbanas sempre em voga, a seguir a tese de Horácio Capel, cifras importantes da população do mundo vivem melhor hoje do que no passado, com maior cultura, maior liberdade, maior expectativa de vida e para seus filhos<sup>76</sup>, isso visto de uma forma generalista e não pontual como se faz neste estudo.

A comunidade percebe o Varjão como um mundo de oportunidade, né? O pessoal vem pra cá, sai do interior, vendo o DF como um meio de melhorar de vida, de melhorar alguma coisa pra sua família, até hoje. Mesma coisa com o Plano Piloto, que é o centro, porque tudo que acontece a pessoa corre pra lá. Vamos dizer que a solução dos problemas é o Plano Piloto, que é o centro. Tem tudo que precisa. Se precisar de um banco, tá lá, se precisar de hospital, tá lá, os melhor da região, apesar da saúde ainda ser mal atendida. O Plano é o centro de tudo aqui no Distrito Federal<sup>77</sup>.

O espaço vivido também é tomado em extensão topológica e temporal. A fala remete a um amplo espaço de práticas sociais, para além do lugar de moradia, em conexões constitutivas de amplo território. O Plano Piloto aparece como o “centro de tudo”, a possibilidade de “solução dos problemas” dos indivíduos da periferia, ontem (no contexto da migração candanga para a construção da Capital) e hoje (para o trabalho e alguns serviços, no cerne da reprodução da vida). As imagens são construções baseadas em informações visuais anteriores<sup>78</sup>, ou seja, a imagem atual é conduzida pela memória, pela carga afetiva e pela experiência material que o sujeito incorpora por meio da vida espacial em decorrência.

Aqui não é condomínio, mas é uma cidade que praticamente todo mundo se conhece e pode se falar. É uma cidade pequena de convívio com os amigos. Eu só sairia daqui por trabalho; o Varjão é bom também porque é perto do Plano Piloto, tem tudo ali, e aí essa proximidade já vale pra gente (...) é uma vantagem muito grande pra quem trabalha, estuda, a gente consegue encontrar tudo lá no Plano; emprego e tal, mas tem o problema de transporte público; essa é a coisa mais chata né, que faz todo mundo comprar carro aí (...) O que mudou no Varjão, o mais importante, primeiro, foi a regularização dos lotes que antes era invasão, né? Aí a cidade, a partir disso, ganhou um pouco de infraestrutura, asfalto, veio esgoto também. Diminuiu fossas, esses córregos a céu aberto. Em infraestrutura melhorou um pouco. Hoje tem mais casa do que barraco aqui na cidade, a violência caiu. A gente sente mais tranquilo, mais qualidade de vida, entendeu?<sup>79</sup>

Sobre especulação imobiliária, eles (população) não vende suas casas, prefere construir dois pavimentos, mora em uma casa e aluga a debaixo, mas não sai do Varjão porque gosta da cidade, é um

<sup>74</sup> Entrevista concedida pelo morador A. do Varjão (RA XXIII), em dezembro de 2014.

<sup>75</sup> Ferrara, 1997, p. 193.

<sup>76</sup> Capel, 2011.

<sup>77</sup> Entrevista concedida pelo morador B. do Varjão (RA XXIII), em dezembro de 2014.

<sup>78</sup> Laplantine, 2003, p. 10.

<sup>79</sup> Entrevista concedida pelo morador C. do Varjão (RAXXIII), em dezembro de 2014.

lugar bom pra viver. Sobre a história do Varjão, eu vivo aqui desde o início né? Pra te falar a verdade, eu nunca me interessei por saber bem a história, pelo que eu já ouvi falar, aqui era uma área de preservação ambiental, né? Foi uma confusão. Aí o pessoal começou a invadir pela proximidade com o Plano, e também naquela época o pessoal não tinha muito recurso pra comprar nem alugar casa, muito menos casa chique ali do Lago Norte, daí começou a invadir aqui. Com isso a gente foi chegando, principalmente do Nordeste, e aí foi crescendo a cidade até que regularizou. O DF veio crescendo, desde o Plano Piloto, que seria a capital e seria só ele, mas o pessoal veio pra morar e veio construindo ao redor do Plano e foi puxando as cidades pra todo lado. Com isso, Brasília foi crescendo, evoluindo e virando mais que uma capital. O acontecimento mais importante pro Varjão, pra mim, foi o reconhecimento dele como RA; a partir daí a cidade pôde receber as coisas né, mais qualidade de vida; veio asfalto ali, rede de esgoto e uma parte do povo recebeu seus lotes. Mas foi demorado a fixação, num foi de repente não (...) No início, o pessoal não tinha onde morar e a Terracap derrubava os barraco do povo, que conseguia as tábuas, eles vinham e levavam embora. O Lago Norte não queria o Varjão nem o povo aqui não, mas todo mundo lutou até ficar<sup>80</sup>.

O espaço concebido o é por ser imaginado e categorizado, pois representado por intermédio de ações reais, concretas e afetivas. Escuta-se a cidade como se fosse uma música tanto quanto se a lê como se fosse uma escrita discursiva.<sup>81</sup> Nesse aspecto, evidencia-se um lugar de convívios sociais, de camaradagem e de proximidades, no coração da metrópole, o que reforça o imaginário ligado ao potencial da proximidade física ao Plano Piloto, favorecedor de amenidades urbanas, bem como um território em movimento qualitativo, signo da memória do trabalho ou do operário construtor em trânsitos e permanências; o Plano Piloto aparece, no imaginário dos moradores do Varjão vulnerável, ligado umbilicalmente às suas histórias de vida que se deram e ainda se dão à sua sombra e fronteira imediata.

A cidade Estrutural aparece vulnerável por dimensões que os dados oficiais pouco ou nada denunciam. O espaço vivido e percebido pelos moradores é denunciado como violento (menos que nas últimas duas décadas), estigmatizado (a partir de outros locais), carente de infraestrutura (apesar das melhoras), um *locus* privilegiado da política de controle ou domínio dos votos de cabresto e lugar de muitas passadas “guerras” pela posse da terra, fixação na terra distante e moradia.

A bandidagem aqui é coisa complicada, muita violência; às vezes a gente acorda com pessoa morta na rua, eu fiquei com depressão de ver morte<sup>82</sup>.

Em tempo daquelas guerras da Marlene, líder daqui, ela vendia lote, ela batia em gente, ela fazia tantas coisas, comigo mesmo ela foi lá pra derrubar o meu barraco uma vez, e graças a Deus, eu fui pro CODHAB e eles me deixou aqui; depois eles derrubaram as bancas da gente trabalhar. O que salvava era vender umas coisinhas, e tinha muita lama. A gente só andava era sujo; quando era tempo da poeira, derrubava as barracas da gente tudo, aquela poeira, aquele vento, redemoinho demais. Mas, no começo aqui não tinha ninguém não, isso aqui tudo era só mato quando chegamos aqui, mato e sujeira. A gente não podia nem andar aqui, fedia demais. A cidade não nasceu do lixão, ela nasceu foi daqui ó [indica a direção da Cidade do Automóvel], o lixão fica é pra cá [indica o norte da cidade]. Assim ó: tinha uns barraquinhos aqui, aí passava e tinha outro ali, era assim, barraquinhos. Pra lá daquela passarela, não tinha uma casa, nem um barraco, era só mato bem grande. O povo começou a chegar, a Marlene começou medindo, vendendo terra, e tinha gente que comprava e foi enchendo de morador. Aí quando o Cristovam (Buarque) tomou conta daqui e começou a brigaria dele, né<sup>83</sup>. Ele tirando gente e batia em

<sup>80</sup> Entrevista concedida pelo morador D. do Varjão (RAXXIII), em dezembro de 2014.

<sup>81</sup> Lefebvre, 2001.

<sup>82</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>83</sup> No governo de Cristóvão Buarque (1995-1999) buscou-se, de várias maneiras, inclusive com o uso da força, desalojar os moradores do então denominado Lixão, no que não foi bem-sucedido, mas seu governo ficou na memória dos moradores pela violência.



gente e fazia muita judiância com as pessoas, aí não ficou ninguém também. Ficou bem pouquinho gente, ficou 2.400 famílias. Aí quando o Roriz ganhou, da madrugada pro amanhecer, chegava caminhão cheio de tábuas, em fileira. Dentro de uma semana, a Estrutural ficou desse tamanho. Foi rápido, rápido e gente batendo prego pra todo lado. Quando eu acordava só ouvia era bateadeira e gente conversando e vela acesa, não tinha luz né, não tinha energia. Só via claridade de gente fazendo barraco e dentro de uma semana a Estrutural tava desse tamanho<sup>84</sup>.

Aqui foi uma cidade de muita luta muita guerra, correu muito sangue. A Estrutural é lugar tomado mesmo na base da guerra. Não foi um lugar fácil de conseguir a moradia não, foi difícil. Eu, quando eu cheguei aqui, nós tivemos muitos problemas em relação à água, esgoto e moradia. Acontecimento mais importante da Estrutural foi a legalização, foi a implementação da cidade, né, em relação à moradia, foi a legalização dos lotes, já saiu parte das escrituras, ainda falta terminar de sair<sup>85</sup>.

Como eu sou praticamente pioneiro em Brasília, pensei assim: vou lutar pro pessoal que vem de fora, pra invadir e conseguir; eu vim, invadi e consegui. Então, a Estrutural foi uma invasão de um lugar pra moradia; é a história de tudo, do começo. Eu acho aqui o ponto da política, porque o político usa a Estrutural pra se eleger, vai empurrando pra outro governo legalizar. Um empurra pro outro. Quando a invasão no lugar fica muito grande, aí os políticos já protegem, porque tem muito voto, aqui nessa região<sup>86</sup>.

Aqui era uma cidade mais perigosa. O pessoal veio chegando. E os próprios policiais matavam! Era a guerra. Era pra não ter esse lugar aqui; diziam que era de gente grande, uma coisa assim pra não ter. Na época do Cristovam Buarque mesmo, os policiais chegavam com tudo, pra tirar a força ou matar o povo. Mandavam cortar a luz, não deixavam mandar caminhão pra super-mercado, nem caminhão-pipa; as pessoas tinham um tamborzão, usavam essa água pra fazer comida, tomar banho, foi tudo cortado<sup>87</sup>.

Hoje, a gente tem que agradecer é ao Roriz (governador), na época, por ter aceitado nós aqui. Agradecer a Deus! Naquele tempo, se fosse o governo do PT que era o Cristovam nós não tinha ficado aqui não. Aqui ele batia no povo, botava a polícia em cima. Não podia entrar gás, não podia entrar mudança. Se ele tivesse ganhado, na época que o Roriz ganhou, aqui tinha acabado. Queriam acabar com a favela, o nome era favela mesmo<sup>88</sup>.

Eu conheço um bocado a história da Estrutural. Lembro da vez que, como é o nome dele? Aquele governo que fez um... É, Cristovam. Que fez a bagaceira aqui. Ah! O trem foi muito feio. Era polícia direto batendo no povo, o povo enfrentando, machucou muita gente, matou gente. Ah! Eu lembro disso! Porque ele não queria o povo aqui<sup>89</sup>.

O Estado onipotente assegura o controle social por intermédio da violência; mantém seu aparato repressor para conter “desordens”, caso dos relatos de moradores da Estrutural, os quais denotam os embates pela “conquista” de seus lotes ou manutenção de suas moradias – a “guerra” se estabeleceu e ficou, incontestemente, no imaginário coletivo. A população periférica fica sujeita a processos de expropriação, em terras que comportam várias formas de negócios irregulares, do ponto de vista da operação do capital e do poder político<sup>90</sup>. Os relatos trazem uma dimensão da realidade social, na práxis, por aqueles que vivem a cidade – um imaginário feito na “guerra” e que se reproduz junto à apropriação do espaço, dos embates pela manutenção da vida fisiológica e do desejo comunal de fixação territorial. Apesar da *situação territorial vulnerável*, e por isso mesmo, os grupos sociais adquirem capacidade de

<sup>84</sup> Entrevista concedida pelo morador B. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>85</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>86</sup> Entrevista concedida pelo morador D. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>87</sup> Entrevista concedida pelo morador F. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>88</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>89</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>90</sup> Damiani, 1999.

reflexão sobre o espaço favorável à alteração do quadro, “a reflexividade é uma condição presente que leva a pensar sobre o estilo de vida, seus riscos e efeitos para a população”<sup>91</sup>.

Diferente do Plano Piloto. Ah! O Plano Piloto é lindo. Eu vou sempre em missa na Catedral, meio dia. É uma cidade violenta aqui, mas o Plano Piloto é uma cidade maravilhosa, linda, não tem violência. À vista de quem mora aqui, é o mundo novo, o Plano Piloto! Porque lá é a central de Brasília. Por exemplo, eu aqui não cobro o serviço de marceneiro que eu cobro no Plano Piloto. No Plano eu cobro mais caro, porque o pessoal lá é mais... tem mais condições. Aqui, por exemplo, eu assento uma porta por R\$30. Lá eu assento uma porta por R\$50, R\$70, ainda com o direito a um prato de comida, um lanche. A pessoa chegar num lugar daquele e falar que é por R\$30, o sujeito vai pensar que você não sabe fazer o serviço, porque o preço lá é outro. Então, tudo lá é diferente. Se você falar que vai fazer por R\$30 eles vão falar ‘ah, então não vou arrumar essa pessoa pra fazer pra mim não. Não sabe nem me dá um preço’<sup>92</sup>.

É! o Plano Piloto é um lugar muito bom, é bom numa parte. As pessoas daqui que tem mais acesso ao Plano Piloto, que se desloca pra lá, é aquelas que têm grau de escolaridade melhor, porque lá exige, é onde tá o foco de pessoas que tem bastante estudo, que tem um bom emprego. Só vai lá quem tem alguma coisa pra fazer. O Plano Piloto é um lugar só de político mesmo, decisão, essas coisas assim. É o que todo mundo vê, né?! Não vê como lugar de moradia, é um lugar de trabalho, lugar de decidir as coisas, o cérebro do país né, eu vejo assim<sup>93</sup>.

A aparência espacial denota o território e a paisagem; é sua primeira sensação, percepção e abstração. O aparente é forma-conteúdo fenomênica, sensível, lançada ao observador atento. Sou (faço parte), vivo e produzo o território e, percebo-o, concebo-o, compreendo-o, com os meus sentidos, podendo chegar a um nível sempre mais profundo de conhecimento<sup>94</sup>. Viver as agruras da vida cotidiana em um lugar tomado pela pobreza não cega o sujeito quanto a recortes espaciais da abonaça, do privilégio e da política exclusivista. Se todos os lugares são políticos do ponto de vista do *ser* dominado que deve resistir para existir, há aqueles cujo imaginário coletivo sugere o *locus operandi* objetivo da política dominante e dos dominantes, é o caso do trânsito perceptivo que os relatos demarcam entre a Estrutural e o Plano Piloto de Brasília.

Isso aqui era só o barraquinho, era cheio de lama e muito lixo, muitas fezes na rua, e hoje tá melhor, então mudou pra melhor. Ainda é muito desorganizado, tem muito mendigo, muito bandido e pouca polícia. Colocar polícia, mais limpeza urbana e um hospital, que não tem, só tem um postinho de saúde, né!? Então as pessoas daqui tem que deslocar pro Guará. O transporte é... mais ou menos, o lazer agora é bom, tem a Vila Olímpica, tem muito parquinho, né, tem muitos mercado, muitas farmácia, tem a feira permanente. Eu queria que o Hospital de base fosse aqui e uma Catedral igual a de Brasília, aqui. Eu já gosto de viver aqui. Você chega, vai... Pega um apego pelo lugar... Foi muito difícil quando eu cheguei aqui, porque era só aqueles barraquinhos, sem energia, sem água, sem esgoto, sem asfalto ainda não tem uma infraestrutura muito boa, mas as vistas de quando eu cheguei já tá bom, né!? Já tem água, luz, não é aquela coisa, aquela desgraça, mas sempre tem uma melhora, sempre tá melhorando as coisas. Falta ainda águas fluviais, ainda falta muito. Porque quando a enxurrada vem vai levando tudo. Às vezes o governo vem e fala que tá tudo pronto, mas não. As bocas de lobo. O pior da Estrutural é que ela foi mal organizada. As ruas são estreitas. Você chega, estaciona o carro ali e fica difícil até pra passar um caminhão e tal. Mas se tivesse sido bem organizada, hoje seria uma cidade modelo<sup>95</sup>.

<sup>91</sup> Zanirato *et al*, 2008, p. 02.

<sup>92</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>93</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>94</sup> Saquet, 2010.

<sup>95</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

É, a Cidade Estrutural, de um modo geral, já tá chegando num patamar que a única coisa que tá precisando é o pessoal dos lotes terminar de fazer suas construções adequadas, e que o governo também venha liberar pra que possam construir até a quarta laje. Vai dá uma melhora pras pessoas também. A Estrutural, como um todo, nessa parte que eu tô falando, em relação à moradia, as pessoas tem bastante dificuldade. Os aluguéis daqui são muito caros<sup>96</sup>.

Conforme Make Davis, as cidades do futuro serão construídas, em grande parte, de tijolo evidente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira, ao invés de vidro e aço; imagens de satélites, que realçam aglomerados de metrópoles iluminadoras de toda a Terra, não revelam o mundo urbano do século XXI, constituído na miséria, de poluição, de excrementos e de deterioração. A narrativa esboça os imaginários da vulnerabilidade local; longe de ser ou parecer em uma primeira e superficial leitura, ela é uma associação entre representações mentais das coisas expostas e a interpretação da materialidade ou condições latentes do mundo vivido. As falas são reveladoras, para além dos dados oficiais (quadro 3); denotam os sentidos da matéria urbana e de uma “urbanidade” enquanto latência do modo de vida metropolitano, que se constitui no e sobre o Distrito Federal brasileiro, de uma história singular do presente. Considera-se que indicadores podem apontar áreas carentes de infraestrutura, serviços e qualidade de vida; nos países com elevada concentração da riqueza (caso do Brasil), áreas mais carentes são ocupadas pelos mais pobres, por isso um dos aspectos a ser analisado é a distribuição espacial da pobreza nas cidades<sup>97</sup>.

Tudo que a gente faz aqui é pela comunidade; lá fora, somos mal vistos. A população aqui é mal vista... ‘Ah! Mora aonde?’ ‘Mora na Estrutural!’ É discriminado, o pessoal pensa que é igual favela. O cara chega lá, entra, mas não sai. Então a vivência é essa aqui. Tem muito morador de coração bom, gente de bem. Tem muitos residentes que detestava aqui, hoje faz questão de ficar; é um lugar bom; é o melhor lugar pra se ganhar dinheiro, pra se viver. Tudo é caro por aí, mas aqui você tem... até latinha tu cata, até adubo de gado tu pega, junta e vende. Se você quiser trabalhar, tem como se manter. É só não ter a preguiça. Se você sai catando latinha, sai juntando na rua papelão, ganha dinheiro. Dá pra você comprar seu feijão, seu arroz, seu frango. Que é ainda o que a gente pode comprar<sup>98</sup>.

Falando sério, existe muito preconceito! Ainda hoje, quando vai procurar emprego e diz que é da Estrutural o povo te olha torto. Um tempo desses tiraram todos os alunos moradores da Estrutural das escolas do Guará e trouxeram pra essa aqui, olha! Não tinha nível médio e todo mundo estudava no Guará. Aqui foi invasão e abrigo pra muita gente<sup>99</sup>.

No Guará, o povo chamava nós daqui era lixeiro: ‘povo lixeiro seboso’! Nossos filhos estudavam separados, a gente não tinha ônibus pra levar os meninos, levava era de bicicleta e chegava lá estudava separado, na sala separada; isso é preconceito, moço, até hoje está assim!<sup>100</sup>

Como ideia e como fato, a *situação territorial vulnerável* guarda estreita relação não apenas com as condições socioespaciais de uma população desassistida ou em condições precárias de trabalho e de entorno. Esses “grupos de risco”<sup>101</sup> percebem uma recusa ou repulsão às suas condições de vida, captam o estigma latente da criminalização de sua condição de pobre situado. Para quem está fora do território da pobreza, o sítio de risco fere ou pode ferir sua integridade; sua vulnerabilidade é percebida e taxada à distância, sem mesmo nunca ter se aproximado do lugar. Em uma perspectiva larga, os riscos mais diversos e a percepção que se

<sup>96</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>97</sup> Ribeiro, 2010.

<sup>98</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>99</sup> Entrevista concedida pelo morador F. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>100</sup> Entrevista concedida pelo morador B. da Estrutural (RAXXV), em dezembro de 2014.

<sup>101</sup> Noção de Méndez; Prada-Trigo, 2014, cuja ideia não escapa a García-Tornel, 1997, a Ribeiro, 2010 e a Zanirato *et al*, 2008.

tem deles, a partir de distintos pontos espaciais, trazem embutidas imagens, imaginários, imaginações e discursos que se colocam como verdadeiros, mas são veículos de estigmas sociais situados. Cabe frisar que o risco em sentido amplo, o perigo e a vulnerabilidade social não podem ser enfocados sem que se considere o “contexto histórico que os produziu e, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relações sociais características da época”<sup>102</sup>.

O caso de Samambaia Norte reproduz o imaginário da metrópole terciária precária, fragmentada por um centro territorial historicamente valorizado, bem como pela atuação de um mercado imobiliário capaz de criar centralidades novas no DF, a favorecer, inclusive, a divisão de Samambaia em áreas mais pobres (norte) e de investimentos (sul), como reconhecem os moradores. Afinal, uma cidade também se interpreta com o corpo, com a vida individual e a vivência coletiva, não apenas com “ver”, de maneira que cada rua, cada esquina, cada praça só tem sentido enquanto lugar existente e passível de interpretação social através dos encontros e desencontros, das passagens cotidianas, da experiência local e da forja da afetividade ou da recusa. É através das vivências e interações que a cidade se faz cidade ao cidadão, em diferentes dimensões.

Samambaia, o que é pior é não ter administração pra melhorar essa lixeira, a gente pede, mas eles não tiram esse lixo daqui. Tem muita violência, mas cada qual em seu lugar. Apesar disso, não sinto vontade de sair daqui. O que falta aqui é segurança, eu mesmo já fui ameaçado dentro de casa duas vezes, porque sabiam que eu era aposentado. Lazer, aqui não tem pra adulto, pra criança e nem jovem, não tem nada; o Administrador prometeu fazer lazer aqui, um parque, e nunca fez, nem tirou o lixo; já liguei pra Record, que veio e entrevistou; em dois dias, tiraram o lixo; hoje continua do mesmo jeito, essa “lixaiada”. A iluminação é boa, não resta dúvida<sup>103</sup>.

Bem, se a Samambaia fosse cuidada pelos governantes, falo da Samambaia geral, não só da minha área, seria uma das melhores cidades satélites pra morar. É um povo humilde e a comunidade, nessa nossa área, é muito boa. De alguma maneira, é bom morar aqui; o que falta é infraestrutura geral; pode ver, tem lixo pra tudo quanto é lado e outros problemas; aqui poderia ser uma das melhores cidades satélites em torno de Brasília pra morar. Apesar de que saúde é péssima, sempre foi; aliás, não é só aqui na Samambaia, a saúde tá ruim é no país inteiro. Não tem médico no posto; na UPA, muito menos; a segurança é muito fraca. Sobre estudo, o colégio é muito ruim, muito fraco, o que também não é só aqui na Samambaia, mas é geral, todo mundo tá vendo. É um verdadeiro descaso que tá tendo aí hoje com lixo, água de chuva, com sujeiras, com ruas estragadas, você pode ver essa avenida principal, que é uma bela de uma porcaria, asfalto tudo quebrado, cheio de buraco. E quanto de construção tem aqui na Samambaia, a Samambaia Sul constrói bem; agora, a Norte, não; agora que tão fazendo uma creche ali, construindo condomínio de casa popular, e só nessa região aqui, nessa parte Norte. Aqui falta muita coisa. O que mais marcou aqui desde a época quando a gente chegou é que era só barro, né? Só terra, aquele barrão que, quando chovia, isso aqui era uma valeta que passava aí que era enxurrada que descia e cobria duas pessoas, uma em cima da outra, era uma erosão terrível. Coisa importante que fizeram da minha época pra cá foi só esse asfalto, não evoluiu muita coisa não. E tirando disso aí, a não ser aquele campinho de futebol que fizeram ali, de *societ*, uma quadra de esporte e nada mais<sup>104</sup>.

Eu sinto que a Samambaia precisa de muitas coisas boas, por exemplo, o esgoto é sempre estourado na rua, CAESB não faz nada, os governos não faz nada também; a Samambaia é boa, só falta as pessoas

<sup>102</sup> Veyret, 2007, p. 26.

<sup>103</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

<sup>104</sup> Entrevista concedida pelo morador B. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

fazerem as coisas certas nela, posto de saúde perto de casa não tem, hospital perto de casa nada, não tem nem médico pra fazer exame na gente, consultar a gente, não tá tendo<sup>105</sup>.

As transformações territoriais metropolitanas não podem ser avaliadas a partir de dualidades engessadas: centro-periferia, novo-velho, projetado - não-projetado, riqueza-pobreza. A complexidade da produção da grande cidade indica uma hibridez tal que um mesmo lugar, bairro ou Região Administrativa (caso de Samambaia), na menor escala, fazem-se diferenças, internamente. Os relatos esboçam o imaginário ressaltado da precarização da vida enquanto precarização do tecido urbano, no contexto de “Samambaias” distintas: a que se “constrói bem” e a que “não se constrói bem”. Além da dimensão infraestrutural que nega (o lixo, a violência) e afirma (o asfalto, a energia) um cotidiano de amenidades urbanas, os relatos evidenciam o “ser bom morar aqui”, o que retrata a dificuldade da interpretação da vida localizada. Assim, o território (i)material dado pela consciência no espaço vivido traz um ideário histórico sobre o mesmo, o que pode subsidiar a elaboração de propostas e ações para um desenvolvimento com mais justiça social<sup>106</sup>. Uma vez desvendado esse imaginário, tem-se concretos argumentos para a participação popular nos processos decisórios sobre o rumo de nossas cidades. A gestão partilhada requer conhecimento pleno, por parte de todos agentes e atores sociais, da triangulação: índices estabelecidos, realidade vivida e demandas geradas. Nessa esteira, fala-se da aparição de correntes pós-capitalistas, a teorizar e a colocar em prática novas atitudes e formas de atuação política e social, de grande interesse para o futuro, “tais como cooperativas agrárias, industriais e de serviços, ou formas de economia social solidária que tratam de situar à margem da lógica capitalista, e que exploram caminhos interessantes como a participação, a cooperação, a gestão coletiva ou a solidariedade interpessoal”<sup>107</sup>.

Sobre o Plano Piloto, eu não tenho nada contra, né? Por que lá só tem, o quê? Maracutaia! Só tem ladrão e maracutaia, que dão apoio a gente sem vergonha; veja os corruptos aí, passam na televisão direto. Sobre o Plano Piloto, sinceramente, nós aqui da Samambaia somos esquecidos, por quê? Porque só enxerga o lado deles; lá no Plano, o povo mora em apartamento, tem seu carrão, tem motorista pago por nós, que somos humilhados, somos pobres e lá não enxerga nós aqui, enxerga o aumento de salário deles<sup>108</sup>.

Acho que deveria ter uma interação entre todas as comunidades, quero dizer as cidades satélites em volta de Brasília. Brasília é Brasília! E comunidade de entorno é entorno! Uma comunidade ampla, com todas as satélites, umas ajudando as outras, porque o centro, sei lá, lá a gente não é nada, não pode dar palpite lá; os administradores das regiões deveriam ser mais unidos, entrosados com a comunidade, pra você ver, aqui, eu nunca vi o administrador na quadra. Sobre o Plano Piloto, de lá eu não sei muito bem, porque eu convivo muito pouco por lá; eu só vou a Brasília quando eu vou pro lado de Sobradinho, na casa da minha filha ou visitar meus parente. Eu passo ali no Plano por acaso ou quando eu procuro um médico, que hoje é difícil até de encontrar até lá. Você sabe que pra falar de um lugar você tem que conviver ali, vendo os movimentos dia a dia da região. Muito mal vou ao hospital, passo na rodoviária de passagem que, aliás, aquilo já foi uma rodoviária nos anos setenta, hoje é um caos<sup>109</sup>.

O Distrito Federal todo tá uma calamidade, todo mundo sofrendo, muita ladroagem; pessoal anda nos ônibus sendo assaltado; ônibus não tá tendo o suficiente pra comunidade, porque eu vejo passando na televisão aí direto, hoje mesmo passou o pessoal na fila, ônibus lotado; calamidade, quando chove até o Plano Piloto fica tudo alagado, é gente passando dificuldade. O Plano Piloto, antigamente, era o lugar

<sup>105</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

<sup>106</sup> Saquet, 2010.

<sup>107</sup> Capel, 2011, p. 27.

<sup>108</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

<sup>109</sup> Entrevista concedida pelo morador B. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

mais saudável pra gente viver, pra gente ir visitar, a gente trabalhava ali, e hoje tá péssimo, por causa das condições, muita gente rica lá<sup>110</sup>.

O imaginário referente ao Plano Piloto é revelador de sentidos variados, a partir daqueles que ali não vivem, mas o percebem. Se a ideologia se faz a partir de diversos pontos de vista e adquire caráter normativo, preocupando-se com o *dever-ser* e o conhecimento científico é rigidamente organizado em torno de um ponto de vista, objetivando especialmente o estudo do *ser*, o imaginário irá diferenciar-se de ambos, pois se refere a um relacionamento não organizado entre consciência e objeto<sup>111</sup>. Por isso, o Plano Piloto é destacado como a própria Brasília: “Brasília é Brasília, né?”, lugar de concentração da “maracutaia”, onde “a gente não é nada”, é o avesso da “comunidade do entorno” que deveria se “juntar”.

Samambaia, sinceramente, era só mata, era de Joaquim Roriz; não sei se você tá por dentro que isso aqui era terra dele; começou a doar esse terreno aqui porque ele enxergou o lado do pobre, do pessoal carente que necessitava de moradia; a terra não é boa, mas ele deu pra quem necessitava, e ainda tem gente que esculhamba com o homem; não é assim, gente, tem que botar o pingão no “i”, ver o que ele fez. Quem tinha condições aqui de comprar um terreno? Ninguém! Hoje, a gente vive aqui morando e deve agradecer a ele.<sup>112</sup> Mudou algumas coisas, botaram asfalto, agora tem asfalto, tem luz, tem água, mas em condições precárias ainda, porque falta muita coisa pra se consertar. Saúde, policiamento e educação tá só piorando. A Samambaia começou muito bem; no tempo do primeiro governo foi bom; depois, com outros governos, piorou tudo. O Roriz foi um pai pra nós, essa moradia que eu tenho aqui foi o Roriz quem deu e ele deu a escritura, ele deu as escrituras pra gente<sup>113</sup>.

Os moradores do Varjão, da Estrutural e de Samambaia Norte apoiam seus imaginários numa realidade de dificuldades, vulnerabilidades e carências, mas os registros se alteram de acordo com as relações que decorreram das possibilidades de permanecer nos territórios de vivência ou dos favorecimentos individuais. Nos dois primeiros, Varjão e Estrutural, as terras foram invadidas e depois regularizadas, enquanto em Samambaia a regularização já se dava no início da ocupação. Somados ao histórico problema de acesso à terra urbana para moradia, então, vigora no imaginário popular uma dimensão real de riscos sociais (enquanto resultante da segregação da sociedade e da fragmentação urbana<sup>114</sup>), casados com a vulnerabilidade reconhecida pelo próprio Estado, a qual foi descrita neste trabalho.

No Varjão, os moradores se identificam com seu lugar pela verificação de constantes melhorias e possibilidades futuras, “como um mundo de oportunidade”, mesmo que o presente seja de faltas de muitas delas. Ninguém “vende suas casas, prefere construir dois pavimentos, mora em uma casa e aluga a de baixo, mas não sai do Varjão porque gosta da cidade, é um lugar bom pra viver.” Não deve ser desconsiderada a rede de relações estabelecidas nas áreas urbanas mais vulneráveis socioeconomicamente.

A população pobre favelada acolhe com muita facilidade parentes e vizinhos quando estão em dificuldades, além de desenvolverem atividades culturais e religiosas que agregam capital social. Não é por acaso que é comum encontrar escolas de samba e igrejas no interior ou junto às favelas que, cada

<sup>110</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

<sup>111</sup> Coelho Neto, 1997.

<sup>112</sup> Entrevista concedida pelo morador A. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

<sup>113</sup> Entrevista concedida pelo morador C. da Samambaia Norte (RAXII), em dezembro de 2014.

<sup>114</sup> Zanirato *et al*, 2008.

uma a seu modo, emprestam significado simbólico ao morador que se torna muito mais expressivo que o tráfico de drogas. Essas atividades conferem identidade aos habitantes da favela<sup>115</sup>.

Na Estrutural, para se identificarem com o lugar, os moradores negam o lixão de origem, “não havia nada aqui”, apesar de manterem na memória todos os indicadores do lixo, “a gente não podia nem andar aqui, fedia demais”. A Estrutural, que nasceu do lixo, nega-o, e propõe-se outro lugar de origem, onde há comércio, há indústria, há desenvolvimento, a Cidade do Automóvel, localizada na direção contrária ao Lixão. Nas duas localidades (Varjão e Estrutural), a memória é de ampla luta pela permanência ou fixação no DF: da Terracap que derrubava os barracos, do Lago Norte que não queria o Varjão; da violência da guerra contra os moradores da Estrutural, da dificuldade no registro do difícil.

Parece que o morador de Samambaia esqueceu-se das batalhas pela moradia<sup>116</sup> e, ao contrário dos moradores do Varjão e da Estrutural, encontra poucas perspectivas de futuro frente à vulnerabilidade de sua vida na cidade-satélite. “Saúde, policiamento e educação tá só piorando”. Mas, para onde ir? Então, para ele, “de alguma maneira, é bom morar aqui” e ele mora no condicional, “aqui poderia ser uma das melhores cidades satélites em torno de Brasília pra morar.” E ele permanece consciente de sua precariedade ante a vida ativa, dada a invisibilidade mais próxima de uma nova *situação territorial*.

## O morador vulnerável permanece na cidade: considerações finais

A construção de Brasília, um projeto imaginado de modernização do território<sup>117</sup>, trouxe, em seu séquito, um modelo racional de organização social que ao urbanismo modernista e ao planejamento competia interpretar e abrigar harmoniosamente dentro dos limites da nova cidade. O monopólio sobre a terra tornaria possível a uniformização e a disciplina pensadas para uma sociedade-modelo conformada a uma ordem espacial que ela própria pouco entendia.

Planejar, implementar e alojar as classes destinadas ao Plano Piloto aspirado por Lúcio Costa implicava na negação de um Brasil cuja urbanização seguia as vias da negligência a totalidades territoriais. Recusavam-se as “multidões” que “invadiam” o espaço-modelo e nele pretendiam se alojar. As multidões, porém, almejavam moradia como forma de se tornarem sujeitos inseridos neste novo “mundo urbano”; testemunho disso foi a fragmentação territorial da cidade unitária para abrigar a classe trabalhadora que deveria regressar às suas terras de origem.

O jogo político das eleições de 1990 rompeu o planejamento e o monopólio modernistas e as constantes negações foram incorporadas às demandas dos excluídos como possibilidades de permanência. O discurso do morador da Estrutural: “vou lutar pro pessoal que vem de fora,

---

<sup>115</sup> Ribeiro, 2010, p. 04.

<sup>116</sup> O problema da moradia era e ainda é uma constante no DF, as lutas para consegui-las também. O depoimento de uma moradora da Samambaia dá a dimensão do vivido, do batalhado e do conquistado. “Olha, a gente lutou muito, batalhou mesmo para poder conseguir, mas o importante é que a gente conseguiu. Andei por muitos lugares. Ia num canto, não conseguia. Ia em reunião, ia noutra. Aí, a gente estava indo onde o pessoal mandava, o pessoal da SHIS, era da Terracap, era esse pessoal todo. Chegava lá, não era aquela coisa. Ia procurar outro lugar até conseguir” [depoimento em Peluso, 1998, p. 54].

<sup>117</sup> Ver em Costa; Steinke, 2014, análise pormenorizada das dimensões de poder inerentes à construção de Brasília para a integração e controle do território brasileiro, mote de uma nova regionalização.

pra invadir e conseguir; eu vim, invadi e consegui” é a chave dos novos tempos de um jogo que os precarizados aprenderam bem a jogar<sup>118</sup>. Assim, o indivíduo excluído retomou o controle de seu destino urbano e, mesmo vulnerável, permaneceu no território cuja intencionalidade de produção o negava. Ao que tudo indica, ele venceu pela luta em prol da fixação territorial, mas ainda perde em relação à saída de sua condição vulnerável, a qual é desnudada pelo próprio Estado.

O que se tratou aqui por *situação territorial vulnerável* revela uma parte ou uma dimensão catastrófica da própria vida na cidade. Índices oficiais somados ao imaginário do sujeito sobrevivente na precariedade urbana podem nortear escolhas para a gestão do território, de maneira vertical-dogmática ou horizontal-partilhada. Concorde-se com a ideia de que a democracia é o único sistema político a limitar o poder autocrático, o que induz a esquerda a impulsionar e a orientar um grandioso movimento social cidadão e ajudar a construir uma opinião pública em defesa de amplas medidas de reforma do sistema fiscal, de redistribuição de riquezas, de implantação e manutenção de infraestruturas e serviços como o transporte público, de educação e de saúde<sup>119</sup>. A realização dessas necessidades significa a utopia da profunda reforma social necessária para a reversão de *situações territoriais vulneráveis* como as aqui denunciadas sobre a Capital do Brasil. O imaginário urbano popular pode servir à consagração de urbanidades democráticas e partilhadas.

## Bibliografia

AUBERTIN, C; PELUSO, M. L. Du symbole au lot semi-urbanisé: les politiques de l’habitat dans de District Federal. *Cahiers des Sciences Humaines*, Montpellier, v. 26, n. 4. p. 731-747, 1990.

BUENO, A. Sinais da cidade: forma literária e vida cotidiana. In: LIMA, R; FERNANDES, R. C. (orgs.). *O imaginário das cidades*. Brasília: Editora UnB, p. 89-110, 2000.

CALVO GARCIA-TORNEL, F. Algunas cuestiones sobre geografía de los riesgos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, nº 10, 1997. <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-10.htm>>

CAPEL, H. Urbanización Generalizada, derecho a la ciudad y derecho para la ciudad. Conferencia inaugural del XI Coloquio Internacional de Geocrítica. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XIV, nº 331 (7), 2010 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-7.htm>>

CAPEL, H. Derecho para la ciudad en una sociedad democrática. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, 2011, vol. XV, nº 353 (2). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-353/sn-353-2.htm>>

CHOAY, F. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

<sup>118</sup> Duas das avenidas da Estrutural denominam-se José Edmar Cordeiro e Luís Estevão, deputados distritais ligados à lógica das ocupações de uma das maiores favelas da Capital, a Estrutural, enquanto “enclave político”.

<sup>119</sup> Capel, 2011.



CIDADE, L. C F. Brasília, crescimento ou metropolização: crise do urbanismo ou crise da modernidade? *Anais do IV Seminário de História de Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro, Brasil, 1996, v. 2, p. 709-712.

COELHO NETO, J. T. *A construção do sentido na arquitetura: o imaginário e o ideológico*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

COSTA, E. B. Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia. *Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Belo Horizonte, Brasil, 2011, p. 01-22.

COSTA, E. B; PELUSO, M. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). *XII Simpurb – Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Rio de Janeiro, UERJ, 2013, p. 1-28.

COSTA, E. B; STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona vol. XVIII, nº. 493 (44), 2014. <<http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-44.pdf>>

COSTA, L. Relatório de Lúcio Costa sobre o Plano Piloto de Brasília. In: *Leituras de planejamento e urbanismo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Adm. Municipal, 1965.

COSTA, L. O urbanista defende sua cidade (1967). In: *Brasília 57 – 85. Do Plano Piloto ao Plano Piloto*. Brasília. Governo do Distrito Federal, Terracap/Dipetc, 1985.

DAMIANI, A. L. O urbano e a tríade espaço, poder e cultura. In: VASCONCELOS, P; MELLO, S. B. (orgs). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. EdUFBA, 1999, p.109-120.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KUBITSCHKE, J. *Porque construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

LAPLANTINE, F. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, T. C. L. *O migrante e a formação de territórios no Distrito Federal: o caso da Estrutural, o espaço construído no contexto do lixo*. Brasília, 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade de Brasília.

MARCUSE, H. *Materialismo histórico e existência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

MARTINELLI, M. As representações da metrópole em mapa. In: CARLOS, A. F; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *Representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, C. S. *Lutar é viver: Vila Varjão, uma luta pela moradia no DF (1980-1995)*, 2004. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade de Brasília.

MÉNDEZ, R; PRADA-TRIGO, J. Crisis, desempleo y vulnerabilidad en Madrid. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, 2014, vol. XVIII, nº 474. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-474.htm>>

MONGIN, O. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. Trad. Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

OLIVEIRA, F. H. *Percepção de mudanças climáticas e riscos ambientais no Varjão*. Brasília, 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília.

PAVIANI, A. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A; FERREIRA, I; CIDADE, L. C; JATOBÁ, S. U. (orgs.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 227-252.

PELUSO, M. L; CIDADE, L. C. F. Urbs e civitas em Brasília: um diálogo impossível? *Espaço e Geografia (UnB)*, Brasília, v.5, n.2, p.191-222, 2002.

PELUSO, M. L; CIDADE, L. C. F. Meio ambiente, expansão urbana e desafios territoriais em Brasília. *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: Mackenzie, 2014, v 1, p. 1-11.

PELUSO, M. L. *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano: as representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado (Programa de Psicologia social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PELUSO, M. L. *O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso, Cidade Ocidental*. Brasília, 1983. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano). Universidade de Brasília.

PORTAS, N. Urbanismo e sociedade. In: MACHADO, D; VASCONCELLOS, E. M. (orgs.). *Cidade e imaginação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROPURB, 1996, p. 30-42.

RAGON, M. *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes*. Paris: Casterman, 1986.

RIBEIRO, W. C. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, vol. XIV, nº 331 (65). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-65.htm>>

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SARTRE, J. *O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SILVA, E. *História de Brasília*. Brasília: Editora do Brasil, 1971.

SORRE, M. O espaço do geógrafo e do sociólogo. In: MEGALE, J (org.). *Marx Sorre, Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOUSA, N. H. B *et al.* Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, A. (Org.). *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996, p. 53-80.

VARELA, S. *O Candango na Construção de Brasília*. Brasília, 1981, mimeo.

VESENTINI, J. W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VEYRET, I. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

WEBER, J. N. C. *Brazlândia, agricultura e identidade: fragarias da Festa do Morango e da reificação triunfante da mercadoria ao simulacro e à venda sem charme dos ambulantes*. Brasília, 2011. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade de Brasília.

ZANIRATO, S. H; RAMIRES, J. Z. S; AMICCI, A. G. N; ZULIMAR, M. R; RIBEIRO, W. C. Sentidos do risco: interpretações teóricas. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-785.htm>>

### Fontes Documentais

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Pesquisa socioeconômica em territórios de vulnerabilidade social no Distrito Federal*. Brasília, 2012.

GDF - Governo do Distrito Federal do Brasil. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio*, 2013- 2014.

GDF - Governo do Distrito Federal do Brasil. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Relatório da Coordenação de Assentamento do Programa de Assentamento das Populações de Baixa Renda do D.F.* Brasília: 1989/90, mimeo.

PLAMBEL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *O mercado de terras na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1978.

Revista Brasília, v. 3, n. 23, abril, 1959.

## Ficha bibliográfica:

COSTA, Everaldo Batista da; PELUSO, Marília Luiza. Imaginário urbano e *situação territorial vulnerável* na Capital do Brasil. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 febrero 2016, Vol. XXI, nº 1.151. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1151.pdf>>. [ISSN 1138-9796].